



IVY ENBER CHRISTIAN UNIVERSITY
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

SILMARA CRISTINA CUPIDO

**A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA
INVESTIGAÇÃO A PARTIR DA REVISÃO DE LITERATURA**

RIO CLARO - SP
2024



SILMARA CRISTINA CUPIDO

**A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA
INVESTIGAÇÃO A PARTIR DA REVISÃO DE LITERATURA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Internacional em Ciências da Educação da Ivy Enber Christian University como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação.

Linha de pesquisa: Metodologias e Práticas na Educação Básica

Orientador/a: Prof. Dra. Sawana Araújo Lopes de Souza

RIO CLARO - SP
2024



Catálogo e classificação da publicação

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SEÇÃO DE CATALOGAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO – ENBER

C974r Cupido, Silmara Cristina.
A relação família-escola na educação infantil: uma investigação a partir da revisão de literatura [recurso eletrônico] / Silmara Cristina Cupido – Dados eletrônicos. – Rio Claro-SP: 2024.

77 f.

Orientação: Sawana Araújo Lopes de Souza.
Dissertação (Mestrado) - ENBER/PPGCE.

1. Educação infantil. 2. Relação família-escola. 3. Revisão de literatura.

I. Souza, Sawana Araújo Lopes de. II. Título.

ENBER/BC

CDU 37:055.15

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Beatriz E. Maia, CRB 15/980



SILMARA CRISTINA CUPIDO

**A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA
INVESTIGAÇÃO A PARTIR DA REVISÃO DE LITERATURA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Internacional em Ciências da Educação da Ivy Enber
Christian University como requisito parcial para a
obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação.

Aprovada em: 24/01/2024

BANCA EXAMINADORA

Sawana Araújo Lopes de Souza

Prof. Dra. Sawana Araújo Lopes de Souza
(Orientador/PPGED/ENBER)

Danielle Ventura

Prof. Dra. Danielle Ventura de Lima Pinheiro
(Membro-interno/PPGED/ENBER)

Nathália Fernandes Egito Rocha

Prof. Dra. Nathália Fernandes Egito Rocha
(Membro-externo/Programa/Instituição)



Dedico esta nova conquista primeiramente a minha família: meu esposo Márcio e aos meus filhos Arthur e Bernardo, que me acompanharam durante toda essa trajetória me incentivando e estimulando a evoluir como pessoa e profissional. E a todos que compartilham dos mesmos ideais por uma educação participativa, inclusiva e solidária. E ainda, aqueles que direta ou indiretamente passaram pela minha vida, me ensinando o que me tornei hoje.



AGRADECIMENTOS

À Deus, pela minha vida e por me ajudar a conquistar e a vencer mais uma etapa acadêmica.

À minha família, que tiveram paciência comigo nos momentos de tensão e empenho.

Aos meus amigos que me encorajaram a seguir meus sonhos.

À Prof. Dra. Sawana e todas outras pela dedicação em suas orientações, que me permitiram apresentar o meu melhor.



“Quando as raízes são profundas não há razão para temer o vento”.

(Provérbio Chinês)



RESUMO

O presente estudo abordou o tema *a relação família-escola na educação infantil*, no qual, meio de uma pesquisa bibliográfica, buscou refletir sobre a importância dessa parceria e benefícios que traz para o processo educativo das crianças em idade pré-escolar. O objetivo geral deste estudo é compreender se e como a presença da família no contexto escolar, pode influenciar no desempenho dos alunos de uma classe de educação infantil. Os objetivos específicos incluem perceber a dinâmica estabelecida entre a escola de educação infantil e as famílias dos alunos; analisar se ocorre a participação ativa das famílias no cotidiano escolar das crianças; e, identificar os benefícios que a dinâmica escola-família traz para o processo de ensino aprendizagem das crianças. Esta dissertação foi estruturada sob a perspectiva de uma pesquisa de cunho qualitativo, do tipo exploratório e descritivo. Os resultados obtidos confirmaram nossa hipótese, que indicava uma correlação positiva entre a participação familiar e o desempenho escolar da criança. Contudo, essa relação pode ser afetada negativamente por situações de violência doméstica que levam as crianças a comportamentos de indisciplina. Espera-se que campo da educação, esta dissertação reforce a importância de parcerias eficazes entre família e escola na educação infantil, criando um ambiente educativo saudável e mais positivo para o desenvolvimento integral da criança. Espera-se que os resultados revelem a percepção dos pais sobre a relação com a escola, suas expectativas e contribuições para a educação dos filhos.

Palavras-chave: Educação Infantil. Família. Escola.



ABSTRACT

This study addressed the topic The family-school relationship in early childhood education, where, through bibliographic research, we sought to reflect on the importance of this partnership and the benefits it brings to the educational process of preschool children. The general objective of this study is to understand whether and how the presence of the family in the school context can influence the performance of students in an early childhood education class. The specific objectives include understanding the dynamics established between the preschool and the students' families; analyze whether there is active participation of families in children's daily school life; and, identify the benefits that the school-family dynamic brings to the children's teaching-learning process. This dissertation was structured from the perspective of qualitative, exploratory and descriptive research. The results obtained confirmed our hypothesis, which indicated a positive correlation between family participation and the child's school performance. However, this relationship can be negatively affected by situations of domestic violence that lead children to unruly behavior. In the field of education, this dissertation is expected to reinforce the importance of effective partnerships between family and school in early childhood education, creating a healthy and more positive educational environment for the child's integral development. The results are expected to reveal parents' perception of their relationship with school, their expectations and contributions to their children's education.

Keywords: Early Childhood Education, family, school.



LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF/1988	Constituição Federal de 1988
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
LDBNE	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 SOBRE CRIANÇA, EDUCAÇÃO E FAMÍLIA - CONCEITOS	18
1.1 A FAMÍLIA: PERCEPÇÕES E EXPECTATIVAS	18
1.2 A ESCOLA: POLÍTICAS E PRÁTICAS DE PARCERIA	21
1.3 A CRIANÇA: POSICIONAMENTO E INTERAÇÃO	24
1.4 A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	26
2. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	29
2.1. DEFINIÇÃO DO MÉTODO	29
2.2 REVISÃO DE LITERATURA	31
2.2.1 Abordagem Qualitativa	32
2.3 PESQUISA DOCUMENTAL	33
2.4. DEFINIÇÃO DE TÉCNICAS E INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS	33
2.5. ANÁLISE DOS DADOS	36
3 RELAÇÃO FAMÍLIA E A ESCOLA NA EDUCAÇÃO	29
3.1 DINÂMICA FAMÍLIA-ESCOLA	39
3.1.1 Impactos da Violência na Relação Família-Escola	44
3.2 PARTICIPAÇÃO ATIVA DA FAMÍLIA NA ESCOLA	52
3.3 RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA	60
3.3.1 Percepções das famílias sobre seu papel na escola	63
3.3.2 Benefícios da dinâmica escola-família para o processo de ensino-aprendizagem	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	74



INTRODUÇÃO

A relação entre família e escola tem sido amplamente discutida e valorizada como um fator essencial para o desenvolvimento e o sucesso educacional das crianças na Educação Infantil. Como professora atuante nesse nível de ensino, minha aproximação com o tema de pesquisa surgiu a partir da observação de como a parceria entre famílias e instituições de educação pode impactar positivamente o processo de aprendizagem e o bem-estar das crianças. Essa percepção despertou meu interesse em compreender melhor os mecanismos envolvidos nessa relação e investigar maneiras de fortalecê-la.

Esse é um tema de interesse da sociedade como um todo. É uma dinâmica que vem recentemente ganhando espaço nas discussões políticas e acadêmicas, na opinião pública e até nos próprios projetos pedagógicos escolares. Conforme apontado por Resende e Silva (2016), existe uma vontade grande vinda das políticas públicas de diversos países em estreitar o laço entre essas duas instâncias da sociedade.

No Brasil, por exemplo, podemos observar tal intenção em atitudes como a instituição do Dia Nacional da Família na Escola, criado pelo MEC em 2001 e pautado na ideia de sensibilização para a importância da colaboração entre as instituições. Além disso, podemos observar mais recentemente, através do MEC também, a instituição do Programa Educação e Família que, em seu artigo primeiro aponta que tem por finalidade “fomentar e qualificar a participação da família na vida escolar do estudante e na construção do seu projeto de vida” (Brasil, 2021) nas escolas públicas de educação básica. No plano estadual, temos como exemplo o Programa Escola da Família, realizado no estado de São Paulo.

Em termos legais, podemos ver este interesse na própria constituição brasileira. Em seu artigo 205, a constituição prevê que “educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade” (Brasil, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBNE) também evidencia a importância da relação entre família e escola. No artigo 2º é reiterado que a educação é “dever da família e do Estado”, sendo que no inciso VI do artigo 12º adiciona que os estabelecimentos de ensino têm obrigação de “articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola” (Brasil, 1996).

Em termos acadêmicos, o assunto tem ganhado alguma ênfase no decorrer dos anos, mas ainda é pouco profícuo se comparado a outros temas da educação. Zago (1994, p 12) atenta para o fato de que a temática aqui abordada reside no atual contexto em um “objeto em



construção”. A autora ainda enfatiza o fato da importância do estudo sistemático das partes envolvidas na relação família-escola, uma vez que é através das reflexões oriundas desses estudos que será possível compreender amplamente a temática para poder intervir positivamente.

Os apontamentos de Cavalcante (1998), embora bastante baseados em literatura americana, demonstram a importância da reflexão sobre o binômio escola-família, bem como os benefícios dessa colaboração. Entre eles, podemos citar a melhora do rendimento escolar, a diminuição das faltas e dos problemas de comportamento. Além disso, a própria visão dos pais envolvidos no processo de educar pode mudar, adquirindo um tom mais positivo, transformando os pais em membros mais ativos na coletividade; soma-se a isso a própria redução dos conflitos existentes entre as famílias e a escola (Comer, 1980).

A relação não é apenas um fator paralelo para a construção de uma educação de qualidade, ela é imprescindível. É preciso, como observa Lopes e Guimarães (2004), estreitar os laços entre as instâncias envolvidas, de forma que a criança, enquanto um sujeito de direitos, tenha a garantia de se beneficiar desse envolvimento. Isto significa quebrar algumas barreiras existentes entre a escola e a família, que acabam dificultando a aproximação entre a família e a escola.

Nesse sentido, Lopes (2008) ressaltou em seu trabalho algumas pesquisas importantes no âmbito da educação infantil. Tais pesquisas apresentam dados significativos que apontam para a importância de uma colaboração. A complexidade do mundo atual demanda que se considere a criança dentro de uma rede sistêmica de relacionamentos, distanciando de uma visão localizada, em que a criança se constitui apenas como uma peça isolada. Ao contrário, é preciso entender que ela também participa ativamente da construção da sociedade, ou seja, enquanto sujeito, ela influencia e é influenciada.

É preciso compreender essa relação sistêmica, em que a criança é enxergada enquanto sujeito, como uma complementaridade, em que ambas as instituições se auxiliam no esforço de educar, orientando as crianças para que possam se desenvolver plenamente, tomando seu lugar na vida social (Szymansky, 2003).

Contudo, é imprescindível perceber que a relação escola-família não é isenta de problemas. Silva (2002) adverte que a dinâmica pode ser de colaboração, mas também pode ser permeada por conflitos. Isto se deve ao fato de que são instâncias complexas e de certa maneira heterogêneas. Isto faz com que muitas vezes os valores, as concepções de mundo e de vida, entre outros fatores, possam atrapalhar. Fator adicional para que uma reflexão mais



detalhada dessas duas instâncias seja desejada.

Formada em Pedagogia, com especialização em Psicopedagogia e Educação Especial e Inclusiva, sou professora há 25 anos, atuando desde a primeira infância (creche) até o ensino fundamental etapa II. Ao longo desse tempo, as observações e vivências, tanto como profissional e também como mãe, me proporcionaram inquietações ao perceber a importância da família no contexto escolar, os malefícios e os benefícios que essa relação traz aos educandos. Isso me motivou a trazer a essa dissertação de Mestrado, como essa parceria dos pais/família na vida escolar das crianças influencia em suas aprendizagens. Uma criança que sente e vivencia a participação da família, no seu âmbito escolar, apresenta bons resultados em suas aprendizagens e principalmente em suas memórias efetivas, as quais acompanharão para sua vida além dos portões da escola. Espera-se, com essa dissertação, instigar aos representantes legais dos alunos, a importância dessa relação para obter resultados satisfatórios dentro e fora da escola. Assim sendo, a questão que norteia esta pesquisa é: qual o papel que a família exerce no processo de desenvolvimento da criança na Educação Infantil?

Quando falamos em relação família-escola, estamos nos referindo à interação, colaboração e comunicação entre os pais ou responsáveis e os profissionais da educação. Entendemos que essa relação é um processo dinâmico e complexo, permeado por expectativas, valores, crenças e práticas que são compartilhadas ou confrontadas entre as famílias e a escola. Essa interação tem o potencial de promover uma educação mais completa e significativa para as crianças, uma vez que se estabelece uma parceria ativa e colaborativa entre essas duas instâncias importantes em suas vidas.

Nossa hipótese de pesquisa é que uma relação forte e positiva entre família e escola na Educação Infantil, na qual os pais são participativos e presentes na rotina escolar dos filhos, e a escola mantém uma comunicação constante com a família, contribui para o desenvolvimento integral das crianças, favorecendo o seu envolvimento e motivação na aprendizagem, promovendo uma maior continuidade entre o ambiente escolar e familiar, e influenciando positivamente em sua socialização e formação de valores. Acreditamos que essa relação estabelecida desde a primeira infância é um fator-chave para o desenvolvimento pleno das crianças e para a construção de uma base sólida para o seu percurso educacional futuro.

Para o nosso propósito, é importante traçar algumas considerações a respeito do núcleo desse trabalho: a família, a escola e as crianças. Traçar uma reflexão sobre este âmbito é



preciso para contextualizar o papel de cada personagem na relação que aqui abordamos. Ademais, não podemos esquecer que compreender cada parte deste quebra-cabeça pode abrir nosso horizonte para a complexidade da qual afirmamos acima. É preciso perceber como cada participante se insere tanto em uma abordagem individual quanto relativa aos outros.

O objetivo geral do estudo é compreender em que medida a presença da família no contexto escolar (através do acompanhamento e atuação ativa) pode influenciar no desempenho das crianças da educação infantil, por meio de dados investigativos que serão coletados a partir de uma pesquisa bibliográfica.

Os objetivos específicos do estudo são analisar a relação entre as categorias escola, família e criança; analisar os possíveis efeitos da presença ou ausência da família no desenvolvimento da criança na Educação Infantil; identificar quais estratégias podem ser desenvolvidas a fim de potencializar a relação família e escola e criança.

Compreender a relação entre família e escola não é apenas importante para detectar que tal dinâmica, é imprescindível para um ambiente mais acolhedor para a criança. É claro que nosso objetivo perpassa tal reflexão, uma vez que as instituições sociais aqui envolvidas são fundamentais no desenvolvimento infantil, além de se destacarem pelo fato de que estão entre as que mais acompanham a criança no decorrer de seu desenvolvimento. Este fato por si só já seria suficiente para justificar um estudo que permeasse as relações entre família e escola entre suas preocupações.

Neste sentido, poderíamos pensar na significação desses dois âmbitos: a família é a porta de entrada da criança no mundo, o que faz dela fonte de elogios e de preocupações. Bem sabemos que o desenvolvimento de uma criança está atado à própria estrutura familiar e na dinâmica contida em seu interior. Uma família bem estruturada tem melhores condições de proporcionar um ambiente mais propício para o crescimento infantil, enquanto uma família com problemas estruturais graves, ou mesmo a ausência da família de uma maneira geral, implica em um desenvolvimento também problemático da criança. Some-se a isso a questão da disparidade social em nosso país, que agrava ainda mais este panorama pelo fato de que a indigência social também é um dos fatores que atrapalham na dinâmica familiar, ecoando nas condições materiais envolvidas no acesso a uma educação de qualidade, à presença efetiva dos pais, ao crescimento da criança.

Retomamos aqui o que já é dito na LDB, que a educação é dever da família e do Estado, e um dos seus objetivos é o desenvolvimento completo do educando. Tal plenitude não pode ser alcançada através de uma fragmentação das instituições envolvidas. Pelo



contrário, a criança só poderá se desenvolver plenamente quando sua vivência estiver contida tanto no seio familiar quanto no plano escolar.

No contexto em que vivemos atualmente, não é possível compreender nem a família nem a escola individualmente, as duas esferas estão inseridas dentro de uma estrutura maior. Contudo, é importante ter em mente que as relações entre ambas, conforme já tivemos oportunidade de perceber, não existem sem que haja o elemento da tensão. Isto porque nem sempre a família e a escola possuem valores e perspectivas semelhantes, muitas vezes sofrem com a estrutura socioeconômica envolvida, estão pouco amparadas pelo Estado, entre tantas outras coisas que interferem na conexão.

Neste sentido, é preciso entender a natureza das duas instâncias antes de fazer uma análise da relação entre elas. É preciso determinar precisamente o que cada participante é na engrenagem maior, uma vez que não podemos inferir hipóteses e asserções sem antes analisar sistematicamente os componentes. É a partir do momento em que compreendemos a natureza das esferas estudadas que teremos uma possibilidade de ampliar o horizonte investigativo, direcionando-o para a complexidade da relação família-escola. Tratar disso, portanto, não é de menor importância, já que observamos o quanto está intrincada a ideia de uma família participativa na educação do aluno, o quanto a sociedade vê como pertinente que a escola se abra para a inserção da família dentro dela.

Não menos importante está a visão de que o aluno se beneficia de um ambiente acolhedor e afetivo, tanto no desenvolvimento de suas capacidades cognitivas, quanto de suas habilidades para se inserir como um cidadão em sua acepção mais geral. É muito bem conhecido também o fato de que o ambiente desestruturado tem impacto profundo nesse desenvolvimento. Compreender melhor esse ambiente se faz imprescindível para determinar quais caminhos são melhores de serem seguidos no objetivo de intensificar a qualidade de ensino envolvida. Sabemos que, muitas vezes, as condições materiais não são ideais, mas o conhecimento dos desafios que se apresentam serve sempre de horizonte para refletir ações e estratégias que possam auxiliar nos objetivos mais nobres de uma educação melhor para as crianças.

Não temos a pretensão de ver o trabalho como a solução dos problemas da escola quanto ao acolhimento familiar, bem como sabemos que ele não serve para que todas as famílias das crianças sejam ativas em suas responsabilidades educacionais. Contudo, não podemos deixar de pensar que é somente a partir da reflexão das condições materiais é que é possível determinar ações efetivas para o benefício mútuo. Portanto, acreditamos que



podemos contribuir para essa reflexão ao investigar o contexto em que estão inseridas as personagens do trabalho. E que o diálogo entre as diversas teorias pertinentes ao nosso tema pode levar ao estabelecimento de uma perspectiva holística, em que a criança possa ser compreendida como um sujeito participativo, que a escola possa ser entendida enquanto propiciadora da geração de indivíduos autônomos, que a família possa afinal, se perceber como local de afetividade e acolhimento, reforçando o esforço de melhorar o desenvolvimento das crianças.

Nesta dissertação, estruturamos os capítulos de forma a abordar os diferentes aspectos que compõem a relação família-escola na Educação Infantil. No Capítulo 1, a dinâmica entre a escola e as famílias dos alunos. Neste capítulo, será discutida a importância da interação entre a escola de Educação Infantil e as famílias dos alunos, abordando o conceito de família na contemporaneidade, levando em consideração a diversidade familiar presente em nossa sociedade. Também será discutido o papel da família na educação infantil e como suas características e valores podem influenciar a relação com a escola. Será abordada a importância do apoio familiar e do ambiente escolar adequado para promover o desenvolvimento integral da criança. Por fim, apresentaremos considerações sobre a relação família-escola na Educação Infantil. Serão discutidos os principais desafios e benefícios dessa interação, levando em conta os diferentes contextos familiares e escolares. Serão apresentados também estudos e teorias que embasam a importância dessa relação e suas consequências para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

No Capítulo 2, serão descritos os caminhos metodológicos adotados na pesquisa, com o objetivo de investigar a relação família-escola na Educação Infantil. No Capítulo 3, será explorada a importância da participação ativa das famílias no cotidiano escolar das crianças, com foco nos benefícios para o processo de ensino-aprendizagem. Serão explorados aspectos como a promoção do envolvimento dos pais na educação dos filhos, a construção de uma parceria colaborativa entre família e escola, o estímulo à continuidade entre os contextos familiar e escolar, entre outros aspectos relevantes.

A estrutura da dissertação está organizada de forma a explorar a dinâmica entre a escola de Educação Infantil e as famílias dos alunos, considerando a importância da participação ativa das famílias no cotidiano escolar das crianças e os benefícios dessa relação para o processo de ensino-aprendizagem.



1. SOBRE CRIANÇA, EDUCAÇÃO E FAMÍLIA - CONCEITOS

Este capítulo está dividido em quatro seções, nas quais serão abordados diferentes aspectos relacionados à educação e a interação entre a escola de educação infantil e as famílias dos alunos. Será discutido o papel da família como o primeiro e principal agente educativo na vida da criança, a importância da família no desenvolvimento infantil, considerando os vínculos emocionais, as práticas educativas e os valores transmitidos no ambiente familiar, e, a participação ativa da família na educação da criança pode contribuir para o seu crescimento acadêmico, social e emocional. Também será apresentado o papel da escola de educação infantil como instituição educativa, discutindo as responsabilidades e funções dos profissionais da escola, como educadores, diretores e equipe de apoio. Abordaremos ainda as práticas pedagógicas, os currículos, as políticas de inclusão e os recursos disponíveis na escola, ressaltando a importância de uma abordagem acolhedora e centrada na criança no ambiente escolar.

O protagonismo da criança no processo educativo também estará em foco no capítulo, abordando aspectos do desenvolvimento infantil, como as características físicas, cognitivas, sociais e emocionais das crianças em idade pré-escolar. Destacaremos a importância de compreender as necessidades individuais e interesses das crianças para uma abordagem pedagógica eficaz, além de apresentar conceitos como aprendizagem lúdica, educação integral e promoção do bem-estar das crianças.

Por fim, exploraremos a dinâmica da relação entre a família e a escola e os benefícios de uma parceria sólida entre ambos os contextos educativos. Discorreremos sobre as diferentes formas de colaboração entre a família e a escola, como a comunicação regular, a participação em reuniões e eventos escolares e o compartilhamento de informações e feedback, destacando os desafios que podem surgir nessa relação e estratégias para promover uma colaboração efetiva e respeitosa.

1.1 A FAMÍLIA: PERCEPÇÕES E EXPECTATIVAS

Embora seja um conceito aparentemente cristalizado, o termo família está permeado de uma diversidade que pode ser observada em seu desenvolvimento através da história. Além disso, a família é, em um sentido amplo, o primeiro contato que a criança possui com o mundo exterior.



Em relação à primeira afirmação – a de que o conceito “família” é polissêmico, mudando seu significado dependendo do contexto histórico e geográfico – podemos afirmar que a família está longe de possuir uma condição natural (Gomes, 1994), ou seja, não acreditamos ser possível designar absolutamente o que é a família. A família está para além de uma categorização universal, embora se encontre presente em praticamente toda a história humana. Tal apontamento fica claro quando nos deparamos com as diversas transformações que a família passou no decorrer dos séculos, não apenas a estrutura dos membros familiares muitas vezes é modificada, com o próprio sentido e o valor da família na sociedade é representado ora de um jeito, ora de outro. Contextos sociais e econômicos também influenciam: a família medieval, por exemplo, é bem diferente da família burguesa do século 19, que por sua vez evidencia diferenças com relação ao nosso tempo (Ariès, 1981).

A família pode abarcar um pai, uma mãe e um filho (o conceito de família nuclear); pode ser composta apenas por uma mãe e um filho (ou um pai e um filho); pode ter pais de um mesmo gênero; pode ter vínculo sanguíneo ou não. Pode ser patriarcal ou matriarcal. Em todos os casos, o que se evidencia é uma pluralidade de crenças, conceitos e valores que às vezes se distanciam historicamente, às vezes convivem juntos em uma mesma sociedade.

Com relação à segunda asserção, é importante perceber que, embora a família não seja o único centro de socialização primário da criança, ela é, ademais, um espaço privilegiado para a inclusão desta no universo social. É, portanto, através da família que a criança adquire seus primeiros ensinamentos sobre o mundo, absorve valores, conceitos (e preconceitos) e atitudes dos outros membros da família. Aprende a se situar em uma hierarquia social e a seguir determinadas regras. Em suma, é o núcleo familiar a primeira fonte de informações e aprendizados. Ora, uma vez que os primeiros anos são fundamentais para o desenvolvimento de uma criança, então não é pouco enfatizar a importância da família em tal processo.

Para Rodrigues (2018, p. 83) “as famílias hoje são vistas como instituições onde existe uma relação entre as atividades individuais e coletivas que se influenciam mutuamente”. Isto nos faz pensar que a família não pode ser considerada isoladamente, um lugar em que seus membros prescindem do contato com outros âmbitos sociais. As transformações ocorridas na contemporaneidade demandam que tal instituição se abra para a convivência com outras, formando um laço mais profundo, motivo pelo qual refletir como é a dinâmica entre a família e a escola se torna importante.

Não por acaso, portanto, podemos considerar que “a família e suas redes de interações asseguram a continuidade biológica, as tradições, os modelos de vida, além dos significados



culturais que são atualizados e resgatados, cronologicamente” (Rodrigues, 2018, p. 83). É fundamental ressaltar a importância da família como um pilar essencial na preservação da continuidade biológica, tradições, modelos de vida e significados culturais ao longo do tempo. A família é um núcleo social que estabelece uma série de interações que vão além dos laços de sangue, englobando relações afetivas, emocionais e culturais. Essas interações são essenciais para transmitir conhecimentos, valores e práticas culturais de geração em geração.

A família desempenha um papel crucial na garantia da continuidade biológica, pois é por meio dos laços familiares que ocorre a transmissão dos genes e da herança genética. Além disso, é na família que os indivíduos aprendem sobre suas origens, história e tradições, proporcionando um senso de identidade e pertencimento. Ao longo do tempo, as interações familiares contribuem para a atualização e o resgate dos significados culturais. As tradições, os costumes e os modelos de vida são transmitidos e preservados por meio das relações familiares, permitindo que sejam adaptados às necessidades e contextos contemporâneos. Assim, a família atua como um agente de preservação e renovação cultural, sendo um espaço no qual valores, crenças e práticas são transmitidos, questionados e reinterpretados. É por meio dessas interações que os indivíduos podem compreender e conectar-se com sua herança cultural, mantendo viva a história e a identidade de uma comunidade.

A família, neste sentido, é um instrumento poderoso de transmissão dos costumes e dos valores de uma sociedade, de projetos e experiências adquiridos através da experiência de vida dos seus membros. Ela não é, portanto, apenas a condensação de seres humanos ligados e reunidos por laços materiais, ela vai além de uma instrumentalização social, uma vez que é dentro dela que a afetividade e os laços e sentimentos humanos nascem e se desenvolvem. Isto faz da família um lugar importante na estrutura social, pois, em primeiro lugar, é responsável por transmitir a estrutura social para as próximas gerações e, em segundo, se trata de uma instância privilegiada de cultivo de valores e afetividades entre seus membros. Motivos pelos quais é preciso se voltar atentamente e com cuidado para a estrutura familiar.

Não por acaso, concordamos com Prado *et al.* (2012, p. 12) que o “vínculo afetivo é de suma importância para o desenvolvimento da aprendizagem. Não é possível desenvolver as habilidades cognitiva e social sem que a afetividade seja trabalhada”. O vínculo afetivo refere-se às conexões emocionais e relacionais estabelecidas entre indivíduos, especialmente nas relações de cuidado, como aquelas presentes entre pais e filhos, educadores e alunos. Esse vínculo é baseado na confiança, no respeito e na afetividade compartilhada, criando um ambiente seguro e acolhedor que favorece o processo de aprendizagem.



Quando a afetividade é trabalhada no contexto educacional, ocorre uma série de benefícios para o desenvolvimento das habilidades cognitivas e sociais dos indivíduos. O ambiente afetivamente positivo proporciona um senso de pertencimento, motivação intrínseca e autoestima, fatores que são essenciais para o engajamento e a disposição para aprender. Através do vínculo afetivo, os estudantes se sentem mais encorajados a explorar, experimentar e assumir riscos intelectuais, pois se sentem apoiados emocionalmente. Além disso, a afetividade promove uma maior abertura para a comunicação, a expressão de ideias e a resolução de conflitos, estimulando o desenvolvimento das habilidades sociais.

É importante ressaltar que a aprendizagem não se resume apenas à aquisição de conhecimentos e habilidades cognitivas, mas também envolve a formação de valores, atitudes e comportamentos. O vínculo afetivo possibilita a internalização desses aspectos socioemocionais, contribuindo para a formação de indivíduos mais equilibrados, empáticos e resilientes.

1.2 A ESCOLA: POLÍTICAS E PRÁTICAS DE PARCERIA

A escola não é uma instituição social qualquer, não é somente o lugar em que os alunos aprendem conteúdos específicos de determinadas disciplinas. Em termos educacionais, instituições como a família, a igreja e os meios de comunicação podem ser considerados vetores que, direta ou indiretamente, acabam transmitindo conhecimentos para as crianças, ainda que de uma forma assistemática. Contudo, a escola é o meio pelo qual os alunos aprendem de maneira sistematizada, isto é, através de uma estrutura direcionada especificamente para este fim (Oliveira, 1991).

É, portanto, uma instituição que em nossos dias tem o suporte do Estado e anuência das outras esferas sociais de uma maneira geral. Contudo, ainda que possamos afirmar que a escola é um lugar de aprendizado sistemático e organizado, ela não se resume a isso. Ela também é parte importante para a propagação de valores e ensinamentos que extrapolam o ensino de conteúdos e pode ser considerada uma ponte para a vivência social (Oliveira, 1991).

Atualmente, tal vivência se realiza sob o viés democrático, isto é, de participação ativa da população nas tomadas de decisões do Estado, nos projetos e experiências de vida subjetivos e/ou coletivos, na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É um dos planos para transformar os alunos em seres autônomos, preparando-os para a cidadania. Sabemos que a empreita da escola não é simples.



A escola é uma instituição fundamental na sociedade, desempenhando um papel crucial no processo de educação e formação dos indivíduos. Seu conceito tem sido moldado e redefinido ao longo da história, refletindo as mudanças sociais, culturais e políticas em diferentes épocas. Nesta dissertação, examinaremos a evolução do conceito de escola, desde suas origens até os desafios e perspectivas contemporâneas (Biázzio; Lima, 2009).

Desde tempos remotos, a transmissão de conhecimento e sabedoria ocorria informalmente por meio da tradição oral e da observação da natureza. Com o desenvolvimento da civilização, as primeiras formas organizadas de educação emergiram em diferentes culturas. Na Mesopotâmia, Egito e Grécia Antiga, as escolas iniciais eram frequentadas apenas por uma elite privilegiada, onde o foco estava nas artes, filosofia e preparação para governar (Biázzio; Lima, 2009).

Com a chegada da Idade Média, a Igreja Católica desempenhou um papel importante na educação, criando escolas monásticas e catedrais para ensinar teologia e as escrituras. O acesso à educação continuava restrito à nobreza e ao clero, perpetuando a desigualdade social (Chrispino, 2011).

Durante o Renascimento, houve um ressurgimento do interesse pelas artes, ciências e humanidades, e o conceito de escola evoluiu para incluir uma educação mais abrangente. As universidades se espalharam pela Europa, oferecendo uma formação mais ampla e abrindo espaço para a expansão do pensamento e da ciência (Chrispino, 2011).

O Iluminismo no século XVIII trouxe uma nova perspectiva sobre a educação, enfatizando a razão, a ciência e a igualdade de oportunidades. Ideais como a educação pública e a educação laica ganharam força, contribuindo para a concepção da escola moderna como uma instituição acessível a todos, independentemente de sua origem social (Chrispino, 2011).

Durante a Era Industrial, a educação formal tornou-se essencial para preparar mão de obra qualificada para atender às demandas do setor produtivo em expansão. A escola, então, passou a ser vista como uma ferramenta para a mobilidade social e o progresso econômico (Biázzio; Lima, 2009).

Nos séculos XX e XXI, a escola enfrentou desafios significativos. A globalização, os avanços tecnológicos e as mudanças sociais transformaram a forma como a educação é concebida e entregue. A diversidade cultural e o reconhecimento da individualidade do aluno levaram a abordagens pedagógicas mais inclusivas e personalizadas (Oliveira, 1991).

Além disso, a ênfase na educação integral e na formação de cidadãos críticos ganhou destaque, buscando desenvolver habilidades socioemocionais, pensamento crítico e



criatividade. A educação digital e o ensino à distância se tornaram realidades, ampliando as possibilidades de acesso ao conhecimento (Oliveira, 1991).

A evolução do conceito de escola reflete a complexidade da sociedade em diferentes momentos históricos. Das primeiras instituições elitistas à busca por uma educação inclusiva e diversificada, a escola continuou a se adaptar e a evoluir. Hoje, a concepção de escola vai além da transmissão de conteúdos acadêmicos, abrangendo a formação integral dos indivíduos, preparando-os para os desafios do mundo contemporâneo.

Perrenoud (2005) nos adverte dos desafios incutidos na construção de uma escola democrática, que luta constantemente contra o elitismo escolar, com as desigualdades encontradas na sociedade, com a superficialidade e instrumentalidade que se espalha em nossos dias. É evidente que uma escola pode e tem potencial transformador, mas é preciso tomar cuidado para não vê-la como a salvação mundial. Certamente precisamos da escola, mas também precisamos compreender seus poderes e limites.

No tocante à educação infantil, é preciso entender que ela passa, através do processo de democratização, por uma transformação bem consistente. Retomando os documentos oficiais, vemos que ela passa de uma ferramenta predominantemente assistencialista para vigorar como dever da família, da sociedade e do Estado na Constituição Federal – CF/1988, particularmente em seu artigo 277 (Brasil, 1988).

A partir de então, uma variedade de documentos vai reforçar essa visão. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é um dos exemplos notórios desse movimento. De acordo com a LDB, no artigo 29, temos que “a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual social, complementando a ação da família e da comunidade” (Brasil, 1996).

Importante notar neste documento a crescente ideia de relação entre escola e família, a partir já da educação infantil. Como bem aponta Saisi (2010), o documento fortalece a prática colaborativa entre as duas instâncias, responsabilizando as instituições de educação infantil. Além da LDB, podemos citar também o Plano Nacional de Educação de 2001, que também segue na direção de incentivar a ponte família-escola e a responsabilidade dos âmbitos de governo, como Municípios e Estados, além da própria União.

A educação infantil é, em sua maioria, o primeiro contato das crianças com um tipo de saber sistematizado, o que a torna um dos eixos centrais da vivência do educando no decorrer dos seus primeiros anos de vida. Conforme aponta Rodrigues (2018, p. 39), “a educação



infantil deve se voltar para o lugar que a criança ocupa nas relações sociais e favorecer mudanças significativas por meio de relações que provoquem novas atitudes”. É a partir da escola que a criança amplia o seu horizonte social e interacional, por isso é tão importante que a escola pense em estratégias para efetivamente concretizar tal ação.

Podemos depreender disso que o ambiente escolar propicia a evolução subjetiva da criança, isto é, oferece a ela a estrutura para desenvolver suas capacidades cognitivas, psicológicas e físicas, mas também prepara o educando para a vida, para os desafios da sociedade, para a convivência com os outros de sua espécie, para a compreensão da complexidade da dinâmica social e para a resolução de problemas e desafios que porventura encontre no decorrer de sua existência.

Enfim, a instituição social denominada “escola” não é apenas um lugar para a instrumentalização dos seres humanos, preparando-os para atuarem enquanto engrenagens de uma instância maior. Ela é importante tanto para o crescimento subjetivo da criança quanto para o objetivo, isto é, o social. Seu papel na solidificação da autonomia do educando não pode ser tomado isoladamente (vimos já que a família segue neste rumo de ser considerada no interior de uma rede maior), pois a escola tem ligações fortes com a família e com outras instâncias sociais, fato que nos remete à importância da relação entre família e escola.

1.3 A CRIANÇA: POSICIONAMENTO E INTERAÇÃO

É de conhecimento geral que o ser humano, ao nascer, está à mercê dos mais variados perigos, já que sua constituição primeira exige cuidados que muitos outros animais não necessitam. De fato, não possuímos sequer força para nos locomover de forma autônoma, como os equinos, por exemplo, e, conseqüentemente, somos impotentes em buscar o próprio alimento (já que dependemos da boa vontade de quem nos alimenta para conduzi-lo na direção de nossos lábios). Porém, não podemos, por analogia, comparar a criança em um estágio mais avançado de desenvolvimento com a imagem de um ser impotente e frágil. Como bem nos mostra Oliveira (2013, p. 12):

A infância não é um campo de lacunas, silêncios e passividade, nem está correta a imagem social de criança predominante na pedagogia como a de alguém muito frágil. Estudos em psicologia e em psicolinguística têm apontado a riqueza das falas infantis como instrumento de constituição e veiculação de significações.

Isto evidencia que a criança também ocupa um papel relevante na intrincada relação



tanto com sua família como com a escola em que convive. Não apenas isso, ela é capaz de produzir suas próprias significações a partir de suas experiências cotidianas. Este dado deixa claro que não podemos considerar a criança como mera passividade, pelo contrário, é preciso entendê-la enquanto um sujeito capaz de se situar no mundo de maneira ativa. É claro que tanto a família quanto a escola atuam no desenvolvimento de tal sujeito, potencializando a aprendizagem e a imersão do infante nas estruturas sociais. Contudo, ainda que seja imprescindível escutar as instâncias sociais aqui envolvidas, também é importante dar voz aos pequenos sujeitos que também fazem parte dessa engrenagem.

A complexidade vivenciada pela criança se evidencia em sua relação com as instituições sociais que participa. Em cada idade a criança muda sua relação com o meio e o que determina a influência do meio são as vivências que as crianças estabelecem em seu entorno, que implicam de um lado as particularidades da personalidade de cada criança e, de outro, as características de cada situação vivenciada (Rodrigues, 2018).

Neste sentido, a criança é fruto também das interações sociais, dos valores que adquire em tais lugares. Podemos perceber que a vivência infantil se entrelaça com esta tensão de, por um lado abarcar as particularidades próprias de cada indivíduo e, por outro, de assimilar o que absorve de suas interrelações sociais. Por este motivo, se faz muito importante pensar a maneira com que a criança se conecta tanto com sua família, quanto com a escola. O universo infantil pode se beneficiar ou não, dependendo de como esta conexão é feita, de como a estrutura familiar e escolar interfere na vida da criança (Rodrigues, 2018).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) são orientações estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) que têm como objetivo definir os princípios, os fundamentos e as finalidades da educação no Brasil. No contexto dessas diretrizes, a definição de criança é de extrema importância, pois influencia diretamente a concepção e a organização dos currículos escolares. Segundo as DCNs, a criança é entendida como um sujeito em desenvolvimento, com características, necessidades e potencialidades próprias. Ela é considerada um ser social, histórico e cultural, que vive em um contexto familiar e comunitário específico, e que está em constante interação com o meio em que está inserida (Brasil, 2010).

De acordo com as diretrizes, a infância é compreendida como uma fase crucial para a formação integral da criança, marcada por importantes processos de aprendizagem, socialização e construção de conhecimento. Nesse sentido, as DCNs destacam a importância de uma abordagem pedagógica que considere a singularidade de cada criança, respeitando



suas características individuais, interesses e necessidades (Brasil, 2010).

As diretrizes curriculares também ressaltam a importância do brincar no processo de aprendizagem infantil. A criança, por meio do brincar, explora o mundo, experimenta, cria e recria significados, desenvolvendo habilidades cognitivas, emocionais, motoras e sociais. Dessa forma, as DCNs incentivam a valorização do brincar como um componente fundamental do currículo escolar, especialmente nas etapas iniciais da educação básica (Brasil, 2010).

Além disso, as DCNs reconhecem a diversidade presente na infância brasileira, ressaltando a importância de uma educação inclusiva, que acolha e valorize todas as crianças, independentemente de suas origens étnico-raciais, sociais, culturais, de gênero, de habilidades ou deficiências. A educação infantil deve promover a equidade e o respeito à diversidade, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, conscientes e participativos (Brasil, 2010).

É importante ressaltar que a definição de criança nas DCNs é resultado de um processo contínuo de reflexão e debate, que envolveu especialistas, educadores, pesquisadores e representantes da sociedade civil. Essa definição busca garantir uma visão ampla e holística da infância, considerando as múltiplas dimensões que a compõem. As DCNs utilizam a definição de criança como um sujeito em desenvolvimento, com características, necessidades e potencialidades próprias, que vive em um contexto social e cultural específico (Brasil, 2010).

Elas enfatizam a importância de uma abordagem pedagógica que respeite a singularidade de cada criança, valorizando o brincar, promovendo a inclusão e contribuindo para sua formação integral como cidadã. Essa definição reflete a compreensão contemporânea da infância e orienta a construção de currículos que atendam às necessidades e aos direitos das crianças brasileiras.

1.4 A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A relação entre a família e a escola não está isentas de tensões. Não podemos nos iludir no sentido de considerar que as impressões que elas têm uma em relação a outra são sempre positivas, e isto reflete a complexidade que envolve a dinâmica social. De acordo com Teixeira (2021, p. 54), “a criança vive em contínuo aprendizado, tanto em casa quanto na escola, que é muito mais intenso quando ambas interagem eficientemente, de forma positiva”. Isto significa que o processo de aprendizado não é fragmentado e/ou localizado. Claro que ele



é realizado de maneira diferente em cada esfera, mas não é isolado das outras em que a criança participa.

A educação, portanto, enquanto processo contínuo, precisa ter em mente a atividade e interação que existe neste âmbito. Saber as peculiaridades tanto da família quanto da escola, os valores que carregam consigo, as diferenças e semelhanças, as afinidades entre ambas, tudo isso é importante de ser investigado para que haja uma maior harmonia na relação. Harmonia, contudo, não significa passividade. Nem uma nem outra é uma caixa vazia que aceita tudo o que é colocado ali dentro. Pelo contrário, há muita atividade e dinamismo envolvidos, o que implica em uma atitude de compreensão dos aspectos de cada parte.

Para além das observações acima descritas, precisamos compreender que também existem níveis de envolvimento das famílias do âmbito escolar. Esta observação é importante, uma vez que ela demonstra que não é apenas a participação superficial que contribui para apoiar uma educação de qualidade.

Um exemplo de reflexão, neste sentido, podemos perceber através dos modelos tipológicos de Epstein. Quem nos faz observar estes elementos é Zenhas (2004), que aponta para a estrutura tipológica de Epstein enquanto um instrumento para guiar os graus de colaboração que podem ser observados entre a escola e a família. A tipologia consiste de seis níveis de aproximação, começando com um nível superficial até um em que os atores envolvidos possuem uma relação bem mais complexa e comprometida.

Quadro 1 - Estrutura Tipológica de Epstein

TIPOS	CARACTERÍSTICAS
Tipo 1	A relação se dá através das relações essenciais dos pais, concretizada a partir do acompanhamento escolar, ao incentivo dos hábitos de estudo, à proporcão de um ambiente propício para o estudo.
Tipo 2	À comunicação entre escola e família, ou seja, da tomada de ciência das atividades escolares.
Tipo 3	Às atividades efetivas dos pais na escola, envolve o voluntariado e a colaboração em atividades dentro do ambiente escolar.
Tipo 4	Aprendizado em casa: relação de auxílio da escola no acompanhamento das atividades escolares por parte dos pais, através de suporte no monitoramento e no acompanhamento das tarefas.
Tipo 5	Às tomadas de decisões dentro da escola, ampliando a participação para a comunidade geral de educandos, e não apenas os filhos particularmente.
Tipo 6	A colaboração com a comunidade, ou seja, trata-se do suporte que as crianças



recebem através do lazer, da cultura, da saúde, e que extrapolam os limites físicos da escola.

Fonte: Elaborado pela autora inspirado em Zenhas (2004).

É evidente que o modelo tipológico de Epstein não está livre de críticas, principalmente se considerarmos que a situação de muitas escolas e famílias simplesmente não conseguem suportar o modelo por vários motivos, muitos condicionados às precárias condições sociais e econômicas. Porém, o modelo aqui descrito nos permite também refletir em estratégias para a construção de uma relação mais sólida entre os envolvidos.

Ao observarmos os vetores de nossa reflexão (família, escola e criança) chegamos à conclusão de que, em primeiro lugar, possuem uma complexidade que precisa ser pensada para que não se extraia uma concepção de senso comum, o que, acreditamos, atrapalharia no entendimento efetivo deles. Em segundo lugar, entendemos também que é preciso realizar uma abordagem holística, ou seja, é necessário que se pense os três vetores em uma intersecção. Tivemos a oportunidade de ver que, tanto a família, quanto a escola possuem um significado atualmente dentro de um contexto mais amplo, no qual pode haver uma colaboração. A criança, enquanto sujeito que transita entre estes dois mundos, se vale tanto dos conhecimentos e valores absorvidos na família quanto na escola. É preciso, portanto, pensar em maneiras de fazer a interação entre estes vetores mais eficiente, de maneira que a criança seja beneficiada pela experiência adquirida.



2. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Os processos metodológicos da investigação são responsáveis pelo planejamento estratégico criterioso que orienta a realização de pesquisas científicas, fornecendo um roteiro detalhado para o processo de coleta, análise e interpretação dos dados. Estes métodos representam a espinha dorsal do processo de pesquisa ao definir as escolhas teóricas, os modelos utilizados na coleta de dados e as técnicas analíticas empregadas para alcançar uma resposta às questões propostas.

2.1. DEFINIÇÃO DO MÉTODO

Metodologia consiste, segundo Lakatos e Marconi (2003, p.83), no “conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo [...], traçando o caminho a ser seguido e auxiliando as decisões do cientista”. Para este estudo, foram utilizados de maneira associada os seguintes métodos: revisão de literatura de abordagem qualitativa e pesquisa documental.

Em um primeiro momento, destaca-se a importância histórica da revisão de literatura, seja pelo fato de ela contribuir para o desenvolvimento científico, como também pelo fato de ofertar uma síntese geral do estado de desenvolvimento de um assunto em determinado período. Em um segundo momento, outra função importante da revisão de literatura é o fato de as informações estarem atualizadas, através de outras fontes da literatura, auxiliando no conhecimento e na formulação de novas pesquisas. Já a abordagem metodológica da pesquisa documental é fundamental na investigação científica, tendo um papel crucial para a produção de conhecimento em diversas áreas do saber. (Gomes; Caminha, 2014)

Esta dissertação está estruturada sob a perspectiva de uma pesquisa de cunho qualitativo. Tomamos como horizonte metodológico a premissa de que um estudo qualitativo é caracterizado por um contato próximo com o ambiente de investigação. Bogdan e Bicklen (1994) partem do pressuposto de que um estudo desta natureza é importante porque se pauta no trabalho reflexivo e analítico.

O delineamento da dissertação foi direcionado por uma inquietação a respeito das condições em que se dá as relações entre a família e a escola, muitas vezes tão frágeis, e no impacto que isto causa nas vivências dos alunos. Ao escolhermos realizar uma pesquisa



qualitativa, portanto, partimos desse pressuposto de que os sujeitos que compõem a pesquisa não são dados puramente objetivos, muito menos dados estatísticos que caibam apenas em quadros e tabelas. A pesquisa, portanto, precisa ter em mente a complexidade e dinamismo de todo o universo escolar, e apreender esta dinâmica entre os envolvidos, de forma que os significados e interpretações possam ser analisados e refletidos a partir do horizonte do pesquisador, gerando reflexões e conclusões sobre o assunto.

Ao pesquisador, portanto, cabe a tarefa de imergir nesse universo, interagindo ativamente e reflexivamente com os seus objetos de análise, com o objetivo de apreender os sentidos que eles atribuem às suas experiências (Alves, 1991). É importante, portanto, buscar os significados que a escola, a família e a criança possuem, além de traçar os horizontes perspectivos dos atores, numa tentativa de compreender as complexas relações entre eles, as características particulares, aquelas de ordem coincidente, como cada ator interage na trama com os outros.

Ademais, a pesquisa se baseia em um estudo do tipo exploratório e descritivo. De acordo com Gil (1989, p. 45) as “pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. Uma das primeiras propostas desta dissertação foi realizar tal aproximação com uma escola de educação infantil e com as famílias dos alunos ali matriculados. Dessa forma, a aproximação com os nossos objetos se faz pela necessidade de compreender a suas realidades e relações, explorando o ambiente em que eles se encontram e como agem ali é essencial para esclarecer a natureza e o contexto na qual a pesquisa se insere.

Ainda referendados por Gil (1989), podemos dizer que as pesquisas descritivas “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (p. 45). Queremos dizer através disso que nosso intento é não somente a descrição pura do que se realiza entre a família e a escola, mas a determinação da natureza de tal relação. Nesse sentido, a descrição dos fenômenos analisados é crucial para podermos identificar as variáveis envolvidas nas experiências em conjunto das famílias com a escola.

A coleta de dados é uma etapa crucial em qualquer processo de pesquisa, pois constitui a base sobre a qual são construídas análises e conclusões de qualidade. Neste contexto, a escolha de técnicas e instrumentos adequados para a recolha de dados desempenha um papel fundamental para garantir a fiabilidade e credibilidade dos resultados obtidos. As técnicas referem-se a métodos específicos utilizados para obter informações, enquanto os instrumentos



são ferramentas tangíveis utilizadas durante este processo. A seleção cuidadosa desses elementos é essencial para atingir os objetivos da pesquisa, garantindo precisão e relevância dos dados coletados. Na seção a seguir, destaca-se a importância de uma consideração cuidadosa ao selecionar técnicas e instrumentos adequados.

A seleção e aplicação adequada destes procedimentos tem enorme impacto sobre a validade das conclusões obtidas, tornando-se um fator crucial na qualidade geral do trabalho desenvolvido pelos pesquisadores envolvidos no estudo em questão. Por isso, é essencial aos acadêmicos que tenham compreensão desses caminhos metodológicos, pois eles servem como base fundamental para permitir avanços importantes nas diversas áreas do conhecimento humano. A seguir, será apresentada de maneira mais detalhada os métodos escolhidos e aplicados para esta dissertação.

2.2 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão da literatura é uma etapa necessária em qualquer pesquisa científica, exercendo papel fundamental no processo de construção do conhecimento. A importância desse procedimento tem sido enfatizada por inúmeros estudiosos, destacando-se a contribuição de Anselm Strauss e Juliet Corbin ao desenvolverem a abordagem de revisão sistemática, também conhecida como revisão de literatura de Bardin.

De acordo com Bardin (2011), a revisão de literatura consiste em uma técnica utilizada para realizar análises críticas e minuciosas sobre obras já existentes que abordam um tema específico. O objetivo desse método é detectar falhas, tendências e modelos presentes na produção acadêmica referente ao assunto em questão. Com isso, busca-se compreender o desenvolvimento do conhecimento dentro dessa área determinada visando embasar novos estudos futuros bem como contribuir no avanço teórico da mesma.

Conforme Bardin (2011), uma revisão bibliográfica assume um papel estratégico na pesquisa. Ela possibilita ao pesquisador situar seu estudo dentro do contexto mais amplo de conhecimento existente, o que é crucial para evitar redundâncias e garantir sua efetiva contribuição ao avanço da área em questão. Ademais, essa revisão viabiliza a identificação de lacunas e inconsistências no corpus teórico, sinalizando áreas que demandam maior atenção investigativa.

Um aspecto importante na abordagem de Bardin (2011) é o destaque dado à sistematização da revisão literária. Para ela, a análise deve ser feita com organização e



critério, através do uso adequado de metodologias e técnicas. Isso permite uma compreensão mais completa das relações entre os diversos estudos, facilitando a identificação tanto dos pontos convergentes quanto divergentes presentes na literatura vigente. Ao adotar a perspectiva de Bardin na revisão literária, os pesquisadores podem enriquecer suas investigações através da análise crítica e abrangente do conhecimento atual. Esta abordagem fortalece as bases teóricas e metodológicas das pesquisas científicas, contribuindo para aumentar sua qualidade e robustez.

2.2.1 Abordagem Qualitativa

De acordo com Bardin (2011), a abordagem qualitativa na pesquisa é fundamental para compreender fenômenos complexos e contextualizados. Em seu livro, a autora destaca que essa perspectiva é valiosa no processo de investigação, possibilitando uma interpretação mais detalhada e enriquecedora dos dados reunidos. A abordagem qualitativa se distingue da quantitativa ao privilegiar a interpretação e apreensão dos significados subjacentes aos fenômenos em estudo, não apenas focando estritamente em medidas objetivas ou mensuráveis. Para a autora, essa perspectiva é especialmente útil para explorar o comportamento humano complexo, relações sociais e os aspectos culturais envolvidos nos temas investigados.

Segundo Bardin (2011), uma das principais vantagens da abordagem qualitativa é a sua habilidade em capturar a subjetividade e variedade de experiências. Utilizando métodos como entrevistas, observações participativas e análise de conteúdo, os pesquisadores são capazes de explorar o universo subjetivo dos participantes para compreender não apenas o que aconteceu mas também entender porquê as pessoas interpretam e atribuem significado aos eventos. Outro aspecto relevante destacado por Bardin é a flexibilidade da pesquisa qualitativa. Ao contrário de abordagens mais estruturadas, como questionários padronizados, a pesquisa qualitativa permite ajustes durante o processo, permitindo a exploração de novas ideias e insights emergentes. Essa flexibilidade é crucial quando se lida com fenômenos complexos e dinâmicos, nos quais as respostas não podem ser rigidamente previstas.

A abordagem qualitativa destaca-se por sua capacidade de revelar nuances e detalhes que podem escapar a métodos quantitativos. Ao analisar as narrativas, os discursos e o simbolismo presentes nos dados, os pesquisadores podem desvendar aspectos não percebidos, contribuindo inicialmente para uma compreensão mais abrangente e holística do fenômeno



em estudo.

Essa abordagem é fundamental na investigação científica para uma melhor compreensão da complexidade e riqueza dos fenômenos humanos. Priorizando a interpretação, subjetividade e flexibilidade, essa perspectiva permite explorar e explicar questões sociais, culturais e comportamentais de maneira mais profunda em um contexto amplo.

2.3 PESQUISA DOCUMENTAL

Conforme proposto por Bardin (2011), essa técnica se destaca como uma importante forma de coleta e análise de dados, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de estudos mais detalhados e fundamentados.

Bardim (2011) destaca a relevância da pesquisa documental como um modo de investigar documentos primários e secundários, que incluem registros escritos, imagens e outros. Ao contrário das técnicas de observação direta ou entrevistas, essa abordagem se concentra na análise minuciosa do material já existente disponível para consulta. A autora ainda destaca a capacidade da pesquisa documental em fornecer uma visão histórica e contextualizada do objeto de estudo, revelando aspectos culturais, sociais e políticos por meio de documentos antigos. Essa variedade de fontes permite ao pesquisador fazer uma análise mais completa do fenômeno investigado, promovendo um entendimento holístico sobre o tema em questão.

Outro aspecto relevante é a possibilidade de comparação de diferentes fontes documentais, o que contribui para triangular os dados e, conseqüentemente, aumentar a robustez e confiabilidade dos resultados obtidos. Por meio do cruzamento de informações de diversos documentos, o pesquisador pode identificar convergências e divergências, promovendo uma análise mais abrangente e crítica do material analisado.

Dessa forma, esta dissertação apresenta também a pesquisa documental, devido a análise realizada em documentos nacionais e municipais oficiais da Educação Infantil, a fim de buscar o conhecimento e embasamento legal necessário para compor a pesquisa.

2.4 DEFINIÇÃO DE TÉCNICAS E INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS

A coleta de dados é uma etapa crucial em qualquer pesquisa científica, pois fornece



informações essenciais que formam a base para análises e conclusões. No contexto da pesquisa qualitativa, Strauss e Corbin desenvolveram uma abordagem estabelecida para definir técnicas e ferramentas de coleta de dados com base nos princípios da análise de conteúdo de Bardin.

Bardin (2011) ressalta a relevância da utilização de métodos sistemáticos e rigorosos na obtenção de dados, com o objetivo de promover uma interpretação profunda e significativa. A autora diferencia técnicas como procedimentos específicos empregados para coleta dos instrumentos que os possibilitam ser efetivados. Em relação aos instrumentos, a autora enfatiza que eles devem ser adaptados às características específicas de cada pesquisa. Vários métodos podem ser utilizados, desde questionários estruturados e entrevistas semiestruturadas, até observações sistemáticas e análise documental. A escolha do instrumento deve considerar a natureza do objeto de estudo, os objetivos da pesquisa e a abordagem metodológica adotada.

É importante uma consideração cuidadosa em torno do contexto da pesquisa e da natureza dos dados ao definir técnicas e ferramentas para a coleta de dados. A consistência na aplicação também é fundamental para garantir resultados confiáveis e válidos. A abordagem de Bardin (2011), combinada com a flexibilidade necessária para a adaptação a contextos específicos, fornece um guia valioso para pesquisadores comprometidos com a qualidade e a profundidade em seus esforços de coleta e análise de dados.

As publicações analisadas nessa dissertação foram selecionadas nas bases de dados SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), Capes (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), além de biblioteca virtual do MEC (Ministério da Educação) para uso de documentos como BNCC (Base Nacional Comum Curricular), LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), além de documentos como Livro de Registro de Classe, o Regimento Escolar, o Projeto Político-Pedagógico e a Proposta Pedagógica Curricular da escola de Educação Infantil.

O recorte temporal de publicação dos materiais utilizados na pesquisa variam do ano 1965 a 2022. Definiu-se a utilização dos seguintes descritores: *Dinâmica família-escola*, *Participação ativa da família na escola* e *Relação escola-família*. A utilização dos descritores deu-se a partir da revisão da literatura, e se justifica por ressaltar a importância desses elementos na formação e no desenvolvimento das crianças.

No contexto desta dissertação, a análise dos descritores acima citados revela-se essencial para compreender as complexas conexões que moldam a experiência educativa das



crianças nessa fase crucial de suas vidas.

O descritor *Dinâmica Família-Escola* refere-se à interação em constante movimento entre as famílias e a instituição educacional. Neste contexto, é essencial explorar como essas dinâmicas influenciam o ambiente de aprendizado e o desenvolvimento socioemocional das crianças. Investigar como as práticas pedagógicas são percebidas e incorporadas pelas famílias em seus lares pode fornecer insights valiosos para aprimorar a qualidade do ensino.

A *Participação Ativa da Família na Escola* é um fator fundamental para o sucesso educacional. A promoção de uma relação colaborativa entre pais e educadores pode contribuir para o estabelecimento de um ambiente educacional mais enriquecedor e inclusivo. A *Relação Escola-Família* é um pilar fundamental para criar uma base sólida no desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças. A pesquisa buscou explorar como a comunicação aberta, a transparência e a colaboração mútua entre escola e família influencia o bem-estar das crianças.

A abordagem adotada nesta dissertação de mestrado é enriquecida pela experiência prática da autora como professora. A observação direta das dinâmicas familiares, a participação dos pais nas atividades escolares e a construção de relações sólidas entre escola e família fornecem uma perspectiva única e contextualizada. Essa vivência prática serve como um alicerce sólido para a análise crítica dos dados coletados, contribuindo para uma compreensão mais profunda e holística do impacto desses descritores na educação infantil.

Na era da informação, na qual grandes quantidades de dados são geradas a cada momento, a análise de dados desempenha um papel central. É um processo crítico que visa extrair insights valiosos e informações significativas de conjuntos de dados brutos. Seja em ambientes empresariais ou em contextos científicos/sociais, as competências de interpretação e compreensão de dados são essenciais para a otimização dos processos de desenvolvimento de inovação, bem como para promover uma compreensão mais profunda do nosso mundo. Portanto, no capítulo a seguir será abordada a análise de dados, que se tornou um elemento indispensável na transformação digital, permitindo que organizações e indivíduos transformem números sem sentido em resultados de conhecimento significativos.

O acesso a documentos oficiais, tanto do município quanto de escolas de educação infantil, muitas vezes se revela uma tarefa árdua e desafiadora devido à presença de uma burocracia robusta. Esta dificuldade pode se manifestar em diferentes níveis, desde a obtenção de informações simples, até a busca por documentos cruciais para compreensão e acompanhamento das políticas públicas e do funcionamento das instituições educacionais.



Nas escolas de educação infantil, a burocracia pode se refletir na obtenção de informações sobre o funcionamento interno, projetos pedagógicos e até mesmo na busca por dados relacionados ao desempenho educacional das crianças. A falta de transparência nessas instituições pode dificultar a parceria entre pais, educadores e a comunidade, prejudicando a construção de um ambiente educacional mais participativo e integrado.

2.5 ANÁLISE DOS DADOS

Parte final do processo, a análise dos dados estudados é que permitirá a construção do texto final de nosso trabalho. Bardin (2011, p. 47) explica que análise de conteúdo é o conjunto de técnicas de “análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens”. Assim, a análise de dados será constituída por uma pré-análise do tema escolhido para a pesquisa, buscando compreender a motivação da escolha desta pesquisa. Em seguida, será feita uma ampla análise dos materiais selecionados para embasamento teórico da pesquisa, compilando todas as informações necessárias para compor esta dissertação. Por fim, o tratamento dos resultados, com a inferência e interpretação de todas as informações selecionadas tanto das bases teóricas.

O método de análise de conteúdo de Bardin (2011) fundamenta-se em princípios fundamentais que buscam extrair informações pertinentes e significativas do material analisado. Um aspecto fundamental de sua abordagem envolve o estabelecimento de categorias analíticas que incorporem temas ou conceitos encontrados nos dados. Essas categorias podem ser criadas dedutivamente, apoiando-se em teorias pré-existentes, ou podem surgir diretamente com base em uma abordagem indutiva para examinar o conjunto de dados em mãos.

A fase inicial da análise de conteúdo envolve a pré-análise, na qual o pesquisador se familiariza com o material, forma hipóteses e identifica unidades de registro. Posteriormente, essas unidades são agrupadas em categorias durante a etapa de codificação. É fundamental que critérios consistentes e transparentes sejam aplicados pelos pesquisadores ao longo desse processo para garantir a confiabilidade e validade das análises.

A análise de conteúdo de Bardin vai além da mera categorização, pois envolve a interpretação do significado subjacente aos dados. Os pesquisadores são instados a



contextualizar as informações, considerar o contexto cultural e social e identificar padrões emergentes. Essa abordagem permite uma compreensão mais profunda e rica do material analisado, que transcende a simples classificação por meio da análise de conteúdo.

A adaptabilidade do método de Bardin oferece a possibilidade de utilização em diversos contextos e áreas, incluindo estudos relacionados à comunicação e pesquisas qualitativas nas disciplinas da psicologia, sociologia e educação. Porém, vale salientar que a análise de conteúdo enfrenta obstáculos notáveis como o viés subjetivo na interpretação dos investigadores e as precauções indispensáveis para definir adequadamente as categorias.

A técnica de análise de dados utilizada será a descritiva, onde será feita uma análise diagnóstica concentrada em entender as razões para que algo aconteça. Assim, a pesquisadora irá analisar os padrões identificados e buscará compreender a relação entre os dados. Acreditamos construir um referencial teórico que nos dê aporte a uma perspectiva que seja fundamental para interpretarmos o fenômeno que nos prestamos a estudar. Por outro, através de nossa interpretação do objeto de estudo, achamos que seremos capazes de identificar melhores maneiras de abordar a relação família-escola, além de determinar possíveis fatores que atrapalhem o bom funcionamento de tal relação.

Outro fator abordado nas análises desta dissertação é a necessidade da formação continuada de professores da Educação Infantil e sua importância. A educação infantil depende fortemente da formação contínua dos professores para proporcionar um desenvolvimento integral das crianças e garantir a qualidade do ensino. Nessa fase, os educadores não apenas transmitem conhecimento, mas também têm papel essencial em estimular o desenvolvimento emocional, social, cognitivo e motor dos pequenos.

A importância da educação continuada reside no fato de que a educação infantil está em constante evolução, com novas descobertas científicas sobre o desenvolvimento infantil, novas abordagens pedagógicas e necessidades sociais emergentes. Professores bem preparados podem adaptar suas práticas de ensino e proporcionar experiências de aprendizagem mais ricas e significativas para as crianças. A formação contínua possibilita aos professores melhorarem suas habilidades de ensino, resultando em uma abordagem mais eficaz e inclusiva que atenda às necessidades individuais dos alunos. Isso inclui o desenvolvimento de estratégias para lidar com a diversidade presente na sala de aula, seja ela também étnica, cultural ou linguística das aptidões específicas.

Outro aspecto importante é a atualização das políticas educacionais e da legislação vigente, garantindo que os professores estejam alinhados com as diretrizes curriculares e os



princípios éticos de sua profissão. O aprimoramento contínuo é um importante fator para elevar o prestígio da carreira docente, evidenciando o comprometimento com a qualidade do ensino e oferecendo chances de desenvolvimento individual e profissional. Investir na formação contínua dos professores de educação infantil é um investimento na qualidade da educação. Além disso, contribui para o desenvolvimento das crianças e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Este tipo de investimento traz benefícios não apenas para as famílias envolvidas, mas também tem impacto positivo em toda a comunidade.

Neste próximo capítulo, iremos explorar em maior profundidade os benefícios dessa dinâmica escola-família para o processo de ensino-aprendizagem. Nosso objetivo é analisar como a interação entre a escola e as famílias pode impactar positivamente o desempenho acadêmico e o desenvolvimento integral dos alunos.



3 RELAÇÃO FAMÍLIA E A ESCOLA NA EDUCAÇÃO

A relação entre família e escola desempenha um papel crucial na educação, influenciando significativamente o desenvolvimento acadêmico, emocional e social de crianças e jovens. Este capítulo explorará a interação dinâmica entre essas duas instituições, destacando a importância da colaboração e comunicação eficazes para promover um ambiente educacional enriquecedor e sustentável.

3.1 DINÂMICA FAMÍLIA-ESCOLA

A gestão participativa nas escolas tem sido um assunto muito presente nas discussões acerca de melhorias na educação do país. Na verdade é um assunto que tem sido analisado desde a década de 1960, porém foi ganhando força nos últimos anos. Esse tipo de gestão é tratado em diversos documentos como a Constituição Federal de 1988 em seu art. 206 (Brasil, 1988); na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2001). Segundo a LDB (Brasil, 1996):

A autonomia da escola na experiência de uma gestão democrática, participativa está prevista na LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e PNE (Plano Nacional de Educação) que traz o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, visando um impulso na democratização da educação e da gestão escolar (art. 13 e 14).

Isso fez com que as escolas passassem a ser direcionadas para uma gestão democrática, na qual escola e comunidade escolar possam interagir em benefício da educação. Existem diversas Políticas Públicas que abordam a qualidade da educação no sentido de questionar a formação dos professores. Com isso, acredita-se que a formação continuada é uma necessidade básica para que a qualidade do ensino possa ser constantemente melhorada, sendo então que o próprio ambiente escolar seria uma opção mais prática e também assertiva para essa realização.

A formação continuada de professores é justificada pela LDB (Lei n.º 9.394/96), que em seu artigo 67, inciso V dispõe sobre a formação continuada como uma valorização dos profissionais da educação.

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do Magistério Público período reservado a estudos planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho (Brasil, 1996).



Baseada nessa disposição da LDB, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), através da Lei nº 11.494/2007, que torna obrigatório que os municípios ofereçam a formação continuada para os professores da rede. A transformação cultural que tem acontecido no ramo educacional nos últimos anos tem sido cada vez mais perceptível, permitindo que uma união de esforços e ideias trabalhe de maneira integrada, com o intuito de melhorar a qualidade do ensino para todos. Pode-se dizer que essa é uma das formas de se definir a Gestão Participativa (Romão, 1997).

No período compreendido entre os anos 1960 e 1980, a democratização da gestão escolar passou a ser assunto presente nas discussões pedagógicas, iniciando um período de luta na educação para que mais pessoas fossem ouvidas e mais ideias consideradas nos planejamentos e decisões tomados nas escolas, tanto da rede pública quanto da privada (Hora, 1994).

A potencialidade de uma escola transformadora está diretamente vinculada à mudança no sistema de autoridade e de distribuição do trabalho no interior da escola. Por isso, o papel da escola e de seus diversos sujeitos, sobretudo, dos gestores e professores deve estar pautado por relações democráticas que tenham como norte a participação (Militão; Leite, 2012, p.11).

Com a publicação da Constituição de 1988, em especial em seu art. 206, a gestão democrática no ensino público passou a ser de fato algo palpável, trazendo então oportunidades de ampliar a discussão acerca do tema “Gestão Escolar” a fim de buscar oportunidades de melhorias para o ensino no país (Hora, 1994).

A partir disso, novos documentos legais surgiram e foram reforçando a ideia da gestão democrática nas escolas, como a Lei nº 9.394/96 que instituiu a LDB e a Lei nº 10.172/01 que instituiu o PNE.

Art. 13: O ensino será ministrado nos seguintes princípios (...) VIII- Gestão Democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino.

Art.14: Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local, em conselhos escolares ou equivalentes (Brasil, 1996).

Com a autonomia que a LDB e o PNE trouxeram para as escolas de testarem uma nova gestão, mais participativa e democrática, surgiu o Programa Nacional de Fortalecimento



dos Conselhos Escolares (Romão, 1997). Segundo Brasil (2004, p. 14), “a gestão democrática implica a efetivação de novos processos de organização e gestão baseados em uma dinâmica que favoreça os processos coletivos e participativos de decisão”. Assim, entende-se que a gestão democrática só tem a somar tanto para escola quanto para alunos e comunidade.

Lück (2008, p. 21) afirma que “a concepção de que a liderança é primordial no trabalho escolar começou a tomar corpo na segunda metade da década de 1990, com a universalização do ensino público”. O autor ainda reforça que “a formação e a atuação de líderes, até então restritas aos ambientes empresariais, foram adotadas pela Educação e passaram a ser palavra de ordem para enfrentar os desafios”.

Isso porque a partir dos anos 1990 a gestão democrática passou a ser de fato uma realidade aceita nos meios escolares, sob o entendimento de que é preciso que toda a equipe escolar e a comunidade local tenham a consciência de sua importância e participação na escola.

A maior responsabilidade dos gestores escolares é promover a articulação entre pessoas, mobilizando-as, para que, em conjunto, aprimorem cada vez mais seu desempenho educacional e os seus resultados, colocando seus esforços a serviço do papel educacional da escola em que atuam (Lück, 2008, p.22).

Com essa democratização da escola, o objetivo de realizar mudanças realmente significativas e duradouras se tornou possível, desenvolvendo potencialidades em toda a equipe envolvida.

A gestão democrático-participativa valoriza a participação a comunidade escolar no processo de tomada de decisão, concebe a docência como trabalho interativo e aposta na construção coletiva dos objetivos e do funcionamento da escola, por meio da dinâmica intersubjetiva, do diálogo, o consenso (Libâneo, 2007, p.132).

Segundo Militão e Leite (2012, p.13), “a gestão escolar tem em seu significado o papel de gerir a dinâmica cultural da escola, em consonância com as diretrizes e políticas públicas educacionais”. A gestão democrática é um processo de mobilização de talentos diversos, que agregam valores à escola e à educação oferecida.

Por se tratar de uma organização sistêmica, é preciso que cada envolvido no processo educacional tenha consciência de seu papel e da importância de suas atividades, pautados no fato de que a escola é formada por uma coletividade de pessoas, ou seja, um ambiente multicultural e miscigenado, que permite uma união de pensamentos e esforços realmente enriquecedores para o processo de ensino (Romão, 1997).



A administração da escola, a supervisão escolar e a orientação educacional se constituem em três áreas de atuação decisiva no processo educativo, tendo em vista sua posição de influência e liderança sobre todas as atividades desenvolvidas na escola. O clima emocional de trabalho, o estabelecimento de prioridades de ação, o tipo de relacionamento professores-professores, professores-alunos, escola-comunidade, dentre outros aspectos importantes da vida escolar, dependem, sobremaneira, da atuação dos elementos que ocupam aquelas posições (Lück, 2008, p. 20).

Assim, compreende-se que a principal justificativa da prática da gestão democrática está no fato de que o gestor escolar não deve ser apenas o administrador financeiro, como também ter participação nos processos referentes a pessoas e ao pedagógico. Daí a importância da participação de todos, no sentido de união de esforços e coletividade, porém sem que o gestor se abstenha de suas responsabilidades em prol de terceiros, mas sim, que possa compartilhar situações-problemas e soluções com sua equipe.

Defendemos que somente por meio de uma gestão democrática podemos fomentar o processo de desenvolvimento profissional, entendendo que formação contínua é efetivada quando os professores passam a ser proponentes e agentes das transformações a partir do seu local de trabalho. Para tanto, defendemos os gestores escolares (diretor, vice-diretor, coordenadores e orientadores educacionais) que desempenham papel fundamental para a efetivação da melhoria da qualidade da escola pública (Militão; Leite, 2012, p. 11).

Enfim, a gestão escolar é a peça principal de todo um funcionamento da instituição de ensino, devendo a ela a articulação e realização da participação democrática como forma de alcançar os objetivos iniciais de melhorias na educação oferecida.

A abordagem de gestão participativa nas escolas, conforme discutida no texto, é diretamente relevante para a educação infantil e influencia significativamente o ambiente educacional das crianças durante os primeiros anos de aprendizagem. A abordagem democrática da gestão escolar, apoiada por legislações como a Constituição Federal do Brasil de 1988 e a Lei de Diretrizes Nacionais da Educação (LDB) de 1996, proporciona um cenário propício para a promoção de uma educação de qualidade na infância.

De acordo com a LDB, a autonomia concedida às escolas impulsiona práticas de gestão participativa que envolvem ativamente professores, pais e demais membros da comunidade escolar na tomada de decisões. Esse modelo é especialmente adequado para atender as necessidades específicas da educação infantil, na qual o relacionamento colaborativo entre a escola e a comunidade se torna crucial para proporcionar um ambiente educacional acolhedor e estimulante que esteja adaptado às demandas do desenvolvimento



das crianças.

Valorizar os profissionais da educação é um dos objetivos principais da LDB, que preconiza a formação continuada aos professores como um fator fundamental para o sucesso na educação infantil. Professores capacitados atuam não apenas no aspecto pedagógico, mas também se preocupam com questões sociais e emocionais das crianças, favorecendo seu desenvolvimento integral. O FUNDEB foi criado justamente visando reforçar esse compromisso com a capacitação desses educadores em nível municipal, garantindo assim oportunidades significativas de atualização constantes neste campo tão importante para as futuras gerações.

A estratégia participativa e democrática de gestão educacional, quando aplicada na escola conforme o recomendado, impulsiona a mudança cultural no contexto da educação ao estabelecer uma sintonia entre os esforços de professores, administradores escolares, pais responsáveis e outras partes interessadas. No que tange à educação infantil, etapa vital para se promover as dimensões cognitivas, emocionais e sociais do desenvolvimento das crianças, tal abordagem propicia um ambiente favorável em prol da criação coletiva dos objetivos pedagógicos adequados aos traços peculiares dessa fase determinante na vida delas.

A implementação efetiva da gestão democrática depende essencialmente da liderança e atuação dos gestores escolares. Este elemento-chave é especialmente valioso na educação infantil, onde a coordenação entre diversos agentes envolvidos se faz imprescindível para criar um ambiente seguro, acolhedor e estimulante, favorável ao desenvolvimento das crianças.

Assim, a participação ativa na gestão da educação infantil não só reflete as orientações legais e políticas no país, como também é fundamental para o completo desenvolvimento das crianças. É importante notar que a formação contínua dos educadores e colaboração entre todos os envolvidos nesse processo são pilares importantes dessa abordagem.

A Lei de Diretrizes e Marcos da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, não aborda explicitamente o termo “gestão participativa”. Contudo, a gestão democrática é um princípio presente na LDB, especialmente nos artigos 14 e 15. Esses artigos tratam da administração escolar e da participação da comunidade na gestão.

De acordo com o Artigo 14 da LDB, é responsabilidade dos sistemas de ensino definir as normas para a gestão democrática do ensino público na educação básica em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela legislação. Esse Artigo enfatiza que os profissionais da educação devem participar ativamente na elaboração do projeto pedagógico das escolas e



destaca também a importância da comunidade escolar e local se engajarem nos conselhos escolares ou equivalentes.

O Artigo 15 aborda a administração escolar, enfatizando o envolvimento dos educadores e de outros profissionais do ramo na elaboração do plano pedagógico da instituição. Também menciona a integração das comunidades local e estudantil em conselhos escolares ou instâncias equivalentes.

Apesar de não utilizarem explicitamente o termo “gestão participativa”, estes artigos enfatizam a importância de envolver vários intervenientes nos processos de gestão escolar, promovendo a democratização da tomada de decisões nos contextos educativos.

Uma das metas previstas na meta 19 do Plano Nacional de Educação (PNE) é garantir a gestão democrática das escolas públicas, que incorpore critérios técnicos de mérito e desempenho e consulta à comunidade escolar. Esse objetivo busca facilitar a participação ativa de diversos segmentos, incluindo pais, alunos, funcionários e professores na tomada de decisões relacionadas à educação.

A conexão entre a Covid-19 e a educação infantil é crucial, pois a gestão democrática da educação abrange todos os níveis, inclusive a primeira infância. Nesse contexto, o envolvimento dos pais, a criação de conselhos escolares, a construção coletiva de projetos político-pedagógicos e a autonomia pedagógica são elementos essenciais que impactam diretamente na qualidade e efetividade da educação das crianças em seus anos iniciais.

A gestão democrática da educação infantil envolve a colaboração de pais, professores e demais membros da comunidade escolar na definição de diretrizes pedagógicas, participação em conselhos e desenvolvimento de projetos que atendam às necessidades específicas das crianças. A autonomia pedagógica e administrativa é essencial para que as instituições de educação infantil se adaptem de forma flexível e eficiente às demandas específicas desse ciclo educacional, conforme delineado pela Meta 19.

3.1.1 Impactos da Violência na Relação Família-Escola

A violência está presente na escola desde os primórdios da educação. É, portanto, fácil de entender que não é algo novo. A violência, segundo autores que se dedicam a essa questão, como Chrispino (2011), é o resultado de uma complexa interação de fatores individuais, grupais, sociais entre outras tantas explicações. A violência vivida em outros ambientes pode acompanhar o aluno no cotidiano escolar, podendo possivelmente trazer prejuízos ao próprio



aprendizado e à classe frequentada.

A partir de tantas notícias que são veiculadas em jornais, revistas e na televisão, vê-se a necessidade do educador investigar essa violência, para assim buscar uma maneira de reverter essa situação. Os diversos casos de violência nas escolas têm ganhado muita repercussão nos últimos anos, passando a fazer parte do cotidiano de todos, principalmente dos docentes que precisam estar preparados para as diferentes situações que poderão enfrentar em sala de aula.

Uma criança exposta à violência em sua vida familiar ou social, tende a reproduzir em seus atos fora de casa à violência recebida. Geralmente isso passará a ser um reflexo para sua própria defesa, pois, uma vez agredido por seus familiares, acreditará que todos irão agir de maneira semelhante com ele.

Concebida de várias formas na relação social, a violência pode ser caracterizada como imposição de algo realizado por um indivíduo/grupo social a outro indivíduo/grupo social contra a sua vontade. Dependendo do local e da maneira como ocorre a violência, ela pode ser classificada como criminal, policial, estatal, institucional; pode também ocorrer na forma física ou psicológica, doméstica, rural, urbana, escolar dentre outras classificações, podendo ser aparente ou não (Souza, 2008, p. 120).

Tem sido comum ver noticiado nas mídias e redes sociais casos de violência dentro do ambiente escolar. Geralmente parte de alunos que agredem outros alunos e também professores ou funcionários da escola, por motivos banais ou simplesmente por terem tido sua vontade contrariada.

Muitas dessas crianças/adolescentes sofrem a violência em suas casas, ou ainda em seu convívio social, tomando por verdade atitudes como essa. Crianças alvo de violência são sofridas e tem suas esperanças sobre seu futuro desfeitas por todo o trauma que fica.

As agressões podem ocorrer também no ambiente escolar através do bullying ou ainda por parte de funcionários da própria escola, que muitas vezes por desconhecer as consequências de que atos mais grosseiros, podem acarretar nos alunos ou mesmo por falta de interesse em buscar os reais motivos para comportamentos de determinados alunos, acabam indiretamente ajudando para que a violência se propague no ambiente escolar.

Para isso é fundamental que a escola identifique esses alunos agressores e busque analisar as prováveis causas para tal comportamento, podendo assim entender como isso afeta o desempenho dele na escola, dando assim mais chances do professor conseguir atingir seu objetivo de levar ensinamentos para esses alunos. O pior é que as agressões não atrapalham



apenas o aprendizado do agressor, mas também atrapalham quem está sendo agredido. É, portanto, uma via de mão dupla, onde ambos sofrem com a agressão (Cortez, 2012).

Existe um clima de tensão declarado em muitas salas de aula, o que faz com que os professores muitas vezes exerçam seu trabalho completamente desmotivados e com receio, pois sabem que muitas vezes as agressões irão acontecer, mesmo que de forma verbal. Então, o aprendizado é cada vez mais esquecido nesse ambiente, que perde completamente sua real função.

Os alunos também vão para a escola cheios de perturbações, pois enfrentam problemas em sua vida familiar e social, e ainda chegam na sala de aula e se deparam com a tensão instalada, o que acaba prejudicando sua motivação e capacidade de assimilar o conhecimento oferecido (Cortez, 2012).

Os alunos são seres individuais que possuem conhecimentos prévios e ao chegarem à escola são classificados como socialmente iguais. São indivíduos que serão capacitados para o mercado de trabalho. Esses alunos vão para a escola para serem inseridos em uma vida social e para o cumprimento de uma etapa de suas vidas, para, no futuro, alcançarem um lugar na sociedade. Em outras palavras eles veem a escola como um processo que a sociedade exige e não estão preocupados com a aprendizagem, ou seja, seus interesses são outros, a escola está fora de sua realidade. A falta de interesse pelo estudo gera uma intolerância ao local onde são de certa forma, obrigados a frequentar, por pressão familiar ou por sua própria falta do que fazer (Cortez, 2012).

Segundo Charlot (2002) existem diferentes formas de violência:

Quadro 2: Diferentes formas de violência

Nome	Explicação
Violência à escola	Praticada por ex-alunos que acham a escola inútil, ou ainda quando as escolas públicas não recebem repasse de verbas públicas, manutenções prediais ou ainda em casos de desvalorização dos professores. Visam diretamente à instituição e seus professores.
Violência da escola	São as discriminações praticadas devido à falta de compromisso e comprometimento da escola com a aprendizagem dos alunos. Violência simbólica que os alunos suportam pelo modo como são tratados, como são formadas as classes ou atribuídas as notas.
Violência na escola	Relacionada à falta de motivação dos professores, furtos, depredações, ou qualquer outro conflito que tenha sido gerado em razão da vida do aluno fora do ambiente escolar. Acerto de contas das disputas que são dos bairros.

Fonte: Elaborado pela autora inspirado em Charlot (2002).



Muitas das agressões são originadas da vivência fora do ambiente escolar, seja por influência da família em atos ou palavras, pela falta de estrutura e orientação, ou mesmo por influência da comunidade onde o aluno ou professor está inserido. Se o bairro onde a escola se localiza for violento, muitas vezes pode até prejudicar o processo de aprendizagem, pois o ambiente é cercado por insegurança e medo da violência. Assim, existem diversos fatores que exercem influência com relação à violência na escola (Charlot, 2002).

Existem autores que afirmam haver *um acúmulo de violência nas escolas*, que acontecem de dentro para fora e de fora para dentro do ambiente onde o respeito e a paz deveriam imperar.

[...] É mais do que evidente que as relações escolares não implicam um espelhamento imediato daquele extraescolar. Ou seja, não é possível sustentar categoricamente que a escola tão somente “reproduz” vetores de força exógenos a ela. É certo, pois, que algo de novo se produz nos interstícios do cotidiano escolar, por meio da (re) apropriação de tais vetores de força por parte de seus atores constitutivos e seus procedimentos instituídos/instituintes (Cortez, 2012, p. 13).

Pode-se então dizer que se a escola também é considerada como fonte geradora de violência e ela passou a ser vista por muitos como um campo de batalha. A escola é uma instituição que impõe atitudes ao indivíduo, moldando seu comportamento, assim sendo, ela deveria, por lógica, apenas trabalhar com bons exemplos que moldassem bons comportamentos, mas para isso é importante que a família participe junto à escola para que o trabalho seja completo e eficiente.

No texto “Violência na/da Escola”, Raymundo de Lima, o autor, faz uma reflexão sobre como uma criança pode conseguir concretizar o aprendizado após ter sido vítima da violência. Não importando o formato desta violência, seja ela verbal ou física, no momento deste ato há uma desestruturação emocional que atinge todo o sistema nervoso do indivíduo. Assim, [...] a violência gera sofrimento, causa danos físicos e psicológicos, humilhação, desespero, desamparo, desesperança e anuncia a barbárie onde todos podem ser vítimas (Cortez, 2012, p. 15).

A violência atrapalha o processo de aprendizagem, independente de onde tenha sido originada, pois afeta demais o psicológico do aluno e do professor, se este não estiver preparado para lidar com as diversas situações que podem ocorrer na rotina escolar. O aluno que sofre as consequências da violência, pode não desenvolver sua aprendizagem, e caso não sofra nenhum tipo de intervenção ou ajuda, poderá aos poucos caminhar para o fracasso escolar ou ainda para a evasão escolar.



A escola não pode esquecer de que o aluno, independentemente da idade, é um ser humano e merece respeito. E quando se fala em respeito, refere-se à atenção e preocupação que deve despertar nos professores quando é percebida a sua necessidade de ajuda devido a esses conflitos internos causados pelo meio no qual estão inseridos.

Com base em Silva (2009), Cortez (2012, p. 16) afirma que “o conteúdo programático da maioria das escolas não está vinculado à realidade da maioria dos alunos, que não o utilizam em sua vida social”. Os alunos perderam o interesse pela escola e isso é um dos fatores que desencadeiam a violência no ambiente, no qual o aprendizado deveria ser o foco. A vida fora da escola é totalmente influenciada pela tecnologia e modernidade, e muitas escolas não utilizam recursos tecnológicos que chamem a atenção dos alunos para que sua permanência em sala de aula seja interessante. Dessa forma, se ele não tiver uma estrutura psicológica e familiar boa e equilibrada, se envolverá em quaisquer conflitos necessários para justificar seu desinteresse e seu afastamento das atividades propostas pelos professores.

Debarbieux (2002) em seu estudo “Violência nas escolas: divergências sobre palavras e um desafio político” afirma que a falta de democratização e de qualidade do ensino oferecido nas escolas pode levar os jovens a um sentimento de exclusão, que impulsiona atos de violência no ambiente escolar.

Outro autor que apresenta estudos relevantes sobre o tema violência é Charlot (2002), que explica que a violência pode se apresentar de diferentes formas e receber diferentes denominações apresentadas a seguir:

Quadro 3: Formas de violência

Denominação	Descrição
Violência	Enfatiza o uso seja da força física, do poder ou da dominação.
Incivilidade	Fere as normas de boa convivência entre os indivíduos.
Transgressão	Infração das normas de um determinado estabelecimento (da escola, por exemplo).
Agressão	É um conceito bem aproximado de violência, pois o agressor busca impactar física ou psicologicamente a vítima, ou seja, o aluno agressor tem a intenção de menosprezar, machucar ou ainda diminuir a pessoa moralmente, perante outros.
Agressividade	A agressividade é uma maneira de o aluno chamar a atenção dos professores e funcionários, em situações que o deixe descontente, por exemplo. Porém, pode significar uma forma de mascarar sua fragilidade e insegurança no ambiente em que está inserido.

Fonte: Elaborado pela autora inspirado em Charlot (2002).



De acordo com Charlot (2002, p. 437), “o termo violência [...] deve ser reservado ao que ataca a lei com uso da força ou ameaça usá-la: lesões, extorsão, tráfico de drogas na escola, insultos graves”. É o ato de agredir conscientemente outro, através do uso de força física ou verbal, ou ainda instigando as pessoas a praticarem atos ilícitos como uso de drogas e entorpecentes, brigas, xingamentos em geral. Vale reforçar que a violência é um ato intencional, pois o indivíduo, nesse caso o aluno, sabe que está usando de força ou ofensas para mostrar-se mais forte ou autoritário em relação a outra pessoa. Na atualidade, encontramos esse tipo de violência na escola.

Segundo Debarbieux (2002, p. 179), “a incivildade é o conflito de civilidades, mas não um conflito de civilidades estranhas umas às outras e para sempre irredutíveis e relativas. Há, antes, troca e oposição de valores, de sentimentos de pertinência diversa”. Assim, para que possa ser investigada corretamente, segundo o autor, devem ser ouvidas e conhecidas as verdades de cada envolvido no ato de violência, para que a conclusão possa ser baseada em fatos verídicos. Então, para concluir esse pensamento cita-se a definição de Charlot (2002, p. 437) que diz que “a incivildade depende fundamentalmente de um tratamento educativo”; pois, se refere a desafiar ou ainda romper as regras impostas pela sociedade onde se está inserido, que no caso deste estudo é a escola.

Para Charlot (2002, p. 437), “a transgressão estaria relacionada a um comportamento que vai de encontro à norma do estabelecimento, um comportamento ‘não ilegal do ponto de vista da lei’, como absenteísmo, não realização de trabalhos escolares, falta de respeito, etc”. Entende-se, portanto, que a transgressão se refere, nesse caso, aos alunos cujas atitudes são contrárias as regras da escola, ultrapassando todos os limites permitidos para seus atos, e que influenciam negativamente sua conduta e relacionamentos no ambiente escolar.

Charlot (2002, p. 436) afirma ainda que “a agressão é um ato que implica uma brutalidade física ou verbal”. Esse comportamento geralmente se dá em decorrência de sentimentos como a raiva, que pode levar uma pessoa a desejar o mal de outra. No ambiente escolar, isso pode ocorrer por divergência de interesses, por insatisfação com notas obtidas pelo aluno com determinado professor, por implicância com determinado aluno ou funcionário, entre outros. Importante deixar claro que nada é motivo para alimentar tal comportamento do aluno com relação a nenhuma outra pessoa no ambiente escolar.

A educação tem vivenciado diversos desafios e passado por várias mudanças nos últimos tempos, o que traz muita insegurança para todo o sistema educacional do país. São



muitas adaptações exigidas para que a escola se coloque em conformidade com seu tempo, e possa cumprir seu papel adequadamente.

Atuando há tantos anos em sala de aula, é possível observar que o comportamento dos alunos em sala de aula está diretamente ligado ao relacionamento que eles vivenciam em casa com a família. Isso é visível em todas as idades, e no caso específico da Educação Infantil, a indisciplina é uma reação observada nas crianças com problemas no relacionamento familiar. Seja por ter pais ausentes e passar a maior parte do dia sob o cuidado de terceiros, seja por viver em uma realidade de violência familiar, ou ainda, pelo péssimo hábito que existe em algumas famílias, na qual os pais para compensar sua ausência longa ou falta de paciência em brincar com os filhos, os ‘recompensam’ com presentes, como se fosse possível um objeto substituir o afeto e atenção que os filhos demandam.

O professor com o comprometimento com a sua tarefa de educar, encontra-se em meio às transformações que vem surgindo com o passar do tempo no que diz respeito ao processo ensino-aprendizagem e, principalmente, nas relações em sala de aula e no ambiente escolar. Ela tem pouca clareza de qual deva ser o seu papel, conseqüentemente, assume muitas vezes uma posição autoritária, de superioridade diante dos alunos, gerando muitas vezes uma reação tanto de silêncio como de agressividade, além de outros atos como o não cumprimento das tarefas, e a violência (Silva, 2011, p. 5).

A indisciplina deixou de ser um acontecimento isolado nas escolas, passando a ser algo muito frequente e cada vez mais difícil de lidar. O termo indisciplina tornou-se algo frequente no ambiente escolar, visto que define o desrespeito às regras e leis estabelecidas para a conduta escolar.

As ideias acerca da indisciplina estão longe de serem consensuais, o próprio conceito, não tem uma definição concreta, ao longo do tempo isso vem sendo modificado devido às interpretações do tema. Ele se relaciona com o conjunto de valores e expectativas que variam ao longo da história, entre as diferentes culturas e numa mesma sociedade: nas diversas classes sociais, nas diferentes instituições e até mesmo dentro de uma camada social ou organismo (Silva, 2011, p. 6).

A indisciplina ainda é um grande problema, e, uma vez que não tem forma, pode ser representada por diferentes atos como falar durante a explicação do professor, jogar papéis nos colegas, não estudar o conteúdo, entre outras. Qualquer ato, seja de uma criança até um idoso, que desrespeite regras pré-estabelecidas, que seja contrário a moral e aos bons costumes ou a valores sociais de uma comunidade, é considerado um ato de indisciplina.

A indisciplina tornou-se uma das queixas dominantes no cotidiano de professores e também dos pais, e não é um fenômeno exclusivo do Brasil, pois países como França,



Espanha e Estados Unidos também enfrentam esse tipo de conflito nas escolas (Aquino, 2003).

Um dos principais problemas com relação à disciplina dos alunos é a rotina que existe em sua casa, os pais se ausentam para trabalhar o dia todo, e quando estão em casa, a maioria dos momentos em família ocorre em frente a televisão, o que não permite a comunicação e interação entre eles. Existe a falta de contato, de conversa, de troca de carinho. Não é uma verdade absoluta, pois em muitas casas ainda é possível ver esses momentos em família preservados, mesmo que sejam em pequenos intervalos do dia, mas o fato é que a ausência dessa atenção para com os filhos resulta na indisciplina em outros ambientes.

Com a vida cada vez mais corrida e a dificuldade cada vez maior para manter o sustento da família, muitos pais acabam se vendo na necessidade de trabalhar em jornadas estendidas ou mesmo em mais de um emprego, o que acaba por diminuindo cada vez mais seu tempo em família. Existem casos em que a ausência dos pais em casa é pura negligência, mas não pode deixar de ser entendido que as necessidades diárias fazem essa ausência aumentar demais.

Pequenos momentos como fazer lição de casa com os filhos, sentar juntos à mesa para as refeições, conversar sobre como foi o dia das crianças, ficam negligenciados devido a rotina que são obrigados a assumir. Levando as crianças a supor que os pais não se preocupam, ou não tem carinho e apego pela família.

Para Benette (2009, p. 8) existe a possibilidade da família e a escola trabalharem junta, a autora ainda explica que:

É possível que a família possa colaborar para a contenção da indisciplina na escola, mas para que isto aconteça, e preciso que seja resgatada a prática do diálogo no ambiente familiar, a prática de participação efetiva dos pais na vida escolar dos filhos, indo às reuniões escolares procurando saber da vida dos filhos, suas angústias, seus temores, suas conquistas, bem como suas expectativas e possibilidades de realização com relação ao futuro. É fundamental que os pais sejam capazes de impor limites, ajudando seus filhos a terem postura crítica diante dos meios de comunicação que despertam o consumismo, a sexualidade e etc. (Benette, 2009, p. 8).

A família e a escola devem trabalhar de maneira conjunta na educação e disciplina do aluno, porém para que essa relação de fato funcione, ele deve se sentir amparado primeiramente em sua casa. É fundamental que os pais e familiares resgatem valores antigos como realizar refeições juntos, acompanhar o filho no momento em que realiza as tarefas escolares, conversar sobre como foi o dia deles. São atitudes simples, mas que reforçam o



vínculo afetivo entre pais e filhos, e que ajudarão a formar alunos mais seguros e mais compreensivos sobre as regras na escola.

Diante desse contexto, para que se consiga entender as novas estruturas familiares na sociedade atual, se faz necessário observar as transformações sofridas por essa instituição social ao longo dos tempos. Além das dificuldades socioeconômicas e culturais, existem os problemas de alcoolismo, divórcio, drogas, violência doméstica, permissividade sem limite e, conseqüentemente, a desestrutura familiar que interfere negativamente no desempenho do aluno em sala de aula (Benette, 2009).

A falta de estrutura econômica e social na família, inevitavelmente irá afetar a disciplina do aluno, pois esta acaba transferindo a responsabilidade de educar para a escola, sobrecarregando a todos. Com os alunos levando para a escola uma carga de conhecimentos que é adquirida em suas casas, é através desses conhecimentos que ele chega com mais segurança e desembaraço na escola, para através de seus relacionamentos aprenderem a trocar valores e informações, que ampliarão sua visão de mundo e ajudarão na formação de seu caráter.

Assim sendo, sabemos que a melhoria dessas relações é uma via de mão dupla e, considerando sua especificidade educativa deve partir preferencialmente da escola, contemplando não apenas os problemas da escola como também conhecer a realidade dos alunos e suas famílias sem descaracterizar o papel de cada um (Benette, 2009).

O comportamento que a criança demonstra em sala de aula está ligado ao comportamento que ela tem em sua casa e à educação que recebe. Uma rotina bem definida, com regras para a criança obedecer em sua casa, automaticamente a ensinará a seguir as regras impostas no ambiente escolar e a respeitar o professor como autoridade na sala de aula.

Então, entende-se que a escola deve buscar entender essa bagagem que o aluno trás consigo para a sala de aula para entender sobre seu comportamento, porém isso não exime os pais de sua responsabilidade de dar educação e afeto aos filhos, disciplinando-os para o convívio em sociedade e principalmente escolar junto aos colegas e funcionários.

3.2 PARTICIPAÇÃO ATIVA DA FAMÍLIA NA ESCOLA

A participação ativa das famílias no cotidiano escolar das crianças desempenha um papel crucial no desenvolvimento educacional e emocional dos pequenos aprendizes. Neste contexto, é imperativo compreender e medir o nível de envolvimento das famílias nas



atividades diárias da escola de Educação Infantil, pois essa participação pode moldar significativamente a experiência educacional das crianças (Jungles, 2022).

Medir o envolvimento familiar não se resume apenas à presença física em reuniões escolares ou eventos especiais, mas sim à participação constante e qualitativa nas diversas facetas do ambiente escolar. Aspectos como a interação com professores, colaboração em atividades extracurriculares e acompanhamento das tarefas de casa são indicadores cruciais desse envolvimento.

A primeira medida a ser considerada é a presença física nas atividades escolares regulares. Isso inclui a participação em eventos, como reuniões de pais e mestres, festas escolares e apresentações artísticas. Além disso, é relevante avaliar o engajamento em encontros mais informais, como cafés da manhã com os professores, momentos nos quais as famílias têm a oportunidade de estabelecer uma comunicação mais direta e pessoal com a equipe pedagógica (Szymanski *et al.*, 2004).

Outro indicador importante é o acompanhamento das atividades diárias das crianças. Isso engloba não apenas o desempenho acadêmico, mas também o envolvimento nas atividades extracurriculares oferecidas pela escola. Famílias que participam ativamente dessas atividades demonstram um comprometimento mais amplo com o processo educacional, contribuindo para um ambiente escolar mais rico e estimulante (Szymanski *et al.*, 2004).

Além disso, é essencial considerar a qualidade das interações entre famílias e professores. Entender como as famílias se comunicam com a escola, expressam suas preocupações e recebem feedbacks é fundamental para avaliar a profundidade do envolvimento. Essa comunicação constante cria uma parceria mais sólida, na qual as famílias se sentem parte integrante do processo educacional, facilitando a construção de estratégias colaborativas para o desenvolvimento das crianças.

O aprimoramento do envolvimento familiar no cotidiano escolar das crianças não apenas fortalece os laços entre a escola e a família, mas também demonstra impactos positivos diretos no desempenho e no bem-estar das crianças. Para além das métricas tradicionais de participação, é essencial considerar a profundidade e a consistência desse envolvimento.

A participação nas tarefas de casa, por exemplo, é uma área crucial para avaliar o comprometimento das famílias. Quando os pais se envolvem ativamente nas atividades de aprendizagem em casa, proporcionam um suporte valioso para a consolidação dos conhecimentos adquiridos na escola. Essa prática não apenas reforça a conexão entre a sala de aula e o lar, mas também demonstra a importância atribuída à educação contínua das crianças.



Outro aspecto a considerar é a colaboração em projetos escolares e atividades temáticas. Famílias que participam ativamente na execução e apoio a projetos escolares mostram um envolvimento que vai além do acadêmico, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades sociais, criativas e cognitivas das crianças.

Ademais, é necessário explorar como as famílias se integram às decisões educacionais. A participação em conselhos escolares, grupos de pais ou comissões que envolvam a tomada de decisões na instituição escolar, evidencia um engajamento mais profundo e comprometido. Essa participação ativa cria uma parceria na qual as vozes das famílias são valorizadas e consideradas no desenvolvimento de políticas e práticas escolares (Sierra, 2011).

Medir o envolvimento das famílias nas atividades diárias escolares vai além de números e presenças formais. Envolve a qualidade das interações, o comprometimento com as diversas dimensões educacionais e a construção de uma parceria efetiva entre a escola e as famílias. Esse entendimento mais abrangente é crucial para promover um ambiente educacional que valoriza e incorpora ativamente a participação das famílias no desenvolvimento educacional das crianças na Educação Infantil (Szymanski, 2010).

Para complementar a análise sobre o envolvimento familiar no cotidiano escolar das crianças, é crucial destacar a importância do diálogo contínuo entre pais e professores. A qualidade dessa comunicação é um indicador valioso do nível de envolvimento e parceria entre as famílias e a escola.

Entender como as famílias percebem o processo educacional de seus filhos, suas expectativas em relação à escola e como recebem informações sobre o desempenho acadêmico e comportamental é fundamental. A realização de pesquisas ou entrevistas com as famílias pode proporcionar insights valiosos sobre as necessidades, preocupações e sugestões que possam influenciar positivamente a dinâmica escolar. Além disso, a criação de canais eficazes de comunicação, como boletins informativos, aplicativos escolares, ou até mesmo grupos virtuais, pode facilitar uma interação constante e transparente. Esses meios possibilitam às famílias acompanhar de perto as atividades escolares, eventos e projetos, promovendo um ambiente de colaboração contínua.

A compreensão da perspectiva das famílias sobre o papel da escola na educação de seus filhos é essencial para construir uma parceria efetiva. Isso envolve não apenas informar, mas também ouvir atentamente as preocupações e sugestões das famílias. Essa abordagem colaborativa contribui para um ambiente escolar mais inclusivo, no qual as contribuições de todas as partes são valorizadas.



A medição do envolvimento familiar nas atividades diárias escolares requer uma análise multifacetada que vai além dos indicadores tradicionais. Aprofundar-se na qualidade da participação, explorar a colaboração em diversas áreas e promover um diálogo constante são aspectos fundamentais para fortalecer a parceria entre famílias e escola na Educação Infantil. Essa abordagem holística não apenas enriquece a experiência educacional das crianças, mas também estabelece as bases para um aprendizado ao longo da vida (Calado, 2020).

A participação ativa das famílias no cotidiano escolar das crianças é um fator fundamental para o sucesso educacional. Quando os pais estão envolvidos na educação dos filhos, eles podem ajudá-los a desenvolver habilidades acadêmicas, sociais e emocionais. A participação dos pais pode ocorrer de diversas formas. Algumas das atividades mais comuns incluem ajudar os filhos com os deveres de casa, participar de eventos escolares, conversar com os professores sobre o desempenho dos filhos, visitar a escola regularmente e ser um modelo positivo para os filhos. A participação dos pais também pode ajudar a criar um ambiente escolar mais positivo. Quando os pais se envolvem na escola, eles podem ajudar a criar um senso de comunidade e apoio, o que pode beneficiar todos os alunos.

Os documentos oficiais da educação reconhecem a importância da participação dos pais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), por exemplo, prevê que a escola deve "promover a participação da comunidade na organização e gestão da escola". O Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE), por sua vez, estabelece como meta "garantir a gestão democrática do ensino público, com a participação dos profissionais da educação, das famílias e da comunidade" (Brasil, 1996).

A participação da família é essencial para a construção de uma educação de qualidade. Quando os pais estão envolvidos na educação dos filhos, eles podem ajudá-los a desenvolver habilidades que os tornarão cidadãos mais plenos e ativos. Aqui estão exemplos de como a participação dos pais pode beneficiar os filhos:

Quadro 4 – Benefícios da participação dos pais na vida escolar dos filhos

Benefícios	Explicação
Melhor desempenho acadêmico	Os alunos cujos pais estão envolvidos na educação têm mais probabilidade de ter um bom desempenho acadêmico. Isso ocorre porque os pais podem ajudar os filhos com os deveres de casa, fornecer um ambiente de aprendizagem positivo e apoiar os filhos em seus objetivos educacionais.



Melhores habilidades sociais e emocionais	Os alunos cujos pais estão envolvidos na educação têm mais probabilidade de desenvolver boas habilidades sociais e emocionais. Isso ocorre porque os pais podem ensinar aos filhos sobre a importância da amizade, do trabalho em equipe e da resolução de conflitos. Os pais também podem ajudar os filhos a desenvolver habilidades de autocontrole, empatia e autoconfiança.
Maior engajamento escolar	Os alunos cujos pais estão envolvidos na educação têm mais probabilidade de estar engajados na escola. Isso ocorre porque os pais podem criar um senso de pertencimento e apoio para os filhos, o que pode motivá-los a ir à escola e dar o seu melhor.
Ambiente escolar mais positivo	Quando os pais estão envolvidos na escola, eles podem ajudar a criar um ambiente escolar mais positivo. Isso ocorre porque os pais podem fornecer apoio aos professores, aos outros pais e aos alunos. Os pais também podem ajudar a resolver problemas e a melhorar a comunicação na escola.

Fonte: Elaborado pela autora inspirado em Biázio e Lima (2009).

O primeiro benefício destacado é a melhora do desempenho acadêmico, o que mostra que a presença e o envolvimento dos pais estão diretamente associados à probabilidade de os alunos alcançarem resultados mais positivos. Esse impacto positivo ocorre devido à capacidade dos pais de auxiliar nas tarefas escolares, criar um ambiente propício à aprendizagem e oferecer suporte para os objetivos educacionais de seus filhos. Além disso, o quadro aponta para a promoção de melhores habilidades sociais e emocionais entre os alunos cujos pais estão engajados na educação, uma vez que os pais desempenham um papel crucial no ensino de valores essenciais como amizade, trabalho em equipe e resolução de conflitos.

Finalmente, o aumento do engajamento escolar é enfatizado como um benefício significativo, sugerindo que a participação dos pais contribui para criar um ambiente de apoio e pertencimento motivando os alunos a frequentar a escola com entusiasmo e dedicação. Essa interação ativa entre pais e filhos se mostra fundamental para o desenvolvimento acadêmico abrangente, abrangendo nuances sociais, ao mesmo tempo em que aborda a estabilidade emocional entre os alunos em diversas origens ou fluxos dentro da academia.

A participação dos pais é um fator essencial para o sucesso educacional. Quando os pais estão envolvidos na educação dos filhos, eles podem ajudá-los a desenvolver habilidades que os tornarão cidadãos mais plenos e ativos. Existem muitas maneiras pelas quais os pais podem participar da educação dos filhos. Algumas das atividades mais comuns incluem:



Quadro 5 – Maneiras pelas quais os pais podem participar da educação dos filhos

Atividade	Desenvolvimento
Ajudar os filhos com os deveres de casa	Os pais podem ajudar os filhos com os deveres de casa de diversas maneiras. Eles podem fornecer material de estudo, supervisionar o processo de aprendizagem e responder a dúvidas.
Participar de eventos escolares	Os pais podem participar de eventos escolares, como festas, excursões e apresentações. Essas atividades podem ajudar os pais a conhecer melhor os professores e os outros pais, e também podem proporcionar aos filhos oportunidades de socialização e aprendizado.
Conversar com os professores sobre o desempenho dos filhos	Os pais devem conversar com os professores sobre o desempenho dos filhos regularmente. Essas conversas podem ajudar os pais a entender as necessidades educacionais dos filhos e a tomar medidas para apoiá-los.
Visitar a escola regularmente	Os pais devem visitar a escola regularmente para conhecer os professores, os outros pais e a administração da escola. Essas visitas podem ajudar os pais a se envolver na vida escolar dos filhos e a apoiar a escola.
Ser um modelo positivo para os filhos	Os pais são os modelos mais importantes na vida dos filhos. Quando os pais se envolvem na educação dos filhos, eles estão enviando uma mensagem aos filhos de que a educação é importante. Os pais também podem ser modelos positivos para os filhos de diversas maneiras, como lendo para eles, conversando com eles sobre livros e revistas e incentivando-os a aprender coisas novas.

Fonte: Elaborado pela autora inspirado em Colli e Luna (2019).

Ao auxiliarem os filhos nas tarefas escolares, os pais podem prestar suporte em várias maneiras diferentes, incluindo o fornecimento de material didático adequado e o acompanhamento do processo de aprendizagem dos mesmos. Além disso, participar das festas da escola e excursões não só permite aos pais ter um contato mais próximo com professores e outros responsáveis pela educação dos seus filhos, como também proporciona valiosas oportunidades para interação social entre as crianças. Manter uma comunicação regular com os educadores sobre a performance acadêmica geral dos jovens é essencial para permitir que se compreenda suas necessidades pedagógicas individuais.

Vale ressaltar ainda que visitar frequentemente a escola pode ser outro mecanismo eficaz utilizado pelos pais para demonstrarem envolvimento no desenvolvimento estudantil dos seus filhos, possibilitando conhecer outras famílias, além da administração da escola. As escolas podem incentivar a participação dos pais de diversas maneiras. Algumas das estratégias mais comuns incluem:



Quadro 6 – Maneiras de a escola incentivar a participação dos pais

Estratégias	Como realizar
Comunicar-se regularmente com os pais	As escolas devem comunicar-se regularmente com os pais sobre as atividades da escola, as necessidades dos alunos e as oportunidades de participação.
Oferecer programas e atividades que sejam relevantes para os pais	As escolas devem oferecer programas e atividades que sejam relevantes para os pais, como cursos de educação para pais, workshops sobre como ajudar os filhos com os deveres de casa e eventos sociais.
Criar um ambiente de boas-vindas e de apoio para os pais	As escolas devem criar um ambiente de boas-vindas e de apoio para os pais. Isso significa ser flexível com os horários, ser acessível e ser compreensivo com as necessidades dos pais.

Fonte: Elaborado pela autora inspirado em Campos (2011) e Cavalcante (1998).

A comunicação regular entre a escola e os pais é o destaque da primeira estratégia, em que temas como atividades escolares, necessidades dos alunos e oportunidades de envolvimento são abordados. Já na segunda estratégia, a relevância está em oferecer programas e atividades específicas aos interesses e necessidades dos pais, mediante cursos educacionais próprios para eles ou workshops concentrados no auxílio das tarefas cotidianas com seus filhos, bem como eventos sociais propensos à interação. Por último, tem a terceira estratégia, que ressalta uma acolhida apoiadora aos pais através da flexibilização nos horários juntamente com acessibilidade plena às diversas demandas/problemas enfrentadas por estes responsáveis. Portanto, todas as três visam fortalecer essa parceria tão importante entre família-escola contribuindo ainda mais ao ambiente colaborativo enriquecedor do cenário estudantil mundial atualmente.

Um fator essencial para o progresso educacional na educação infantil é a participação da família nas atividades escolares. Existem diversos documentos que orientam as práticas pedagógicas nesse contexto, estabelecendo diretrizes, normas e propostas com o objetivo de integrar mais efetivamente os pais à vida acadêmica das crianças. Neste texto, analisaremos como tais documentos se relacionam com este tema tão relevante.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um dos pilares da educação no Brasil. Estabelece os conhecimentos, competências e habilidades que todos os alunos devem desenvolver ao longo de sua formação. Em relação ao envolvimento familiar, a BNCC destaca a importância da parceria entre escola e família para garantir um desenvolvimento completo das crianças. Isso está diretamente relacionado ao envolvimento dos pais nas atividades escolares, incentivando a participação ativa dos pais nos processos educativos.



A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) fornece o marco legal para o sistema educacional brasileiro. Garante aos pais o direito e o dever de acompanhar o processo educativo de seus filhos, ao mesmo tempo em que enfatiza a colaboração entre escolas e famílias como princípio norteador da educação. Dessa forma, a legislação reforça não apenas o envolvimento da família como um direito, mas também seu papel fundamental na garantia do sucesso na educação infantil.

A ferramenta de Registro de Classe da Educação Infantil tem como objetivo documentar o dia a dia das crianças na escola. Além disso, é uma forma para que professores e pais possam se comunicar através do registro de atividades, progresso e desafios dos estudantes. Esse recurso contribui para um maior envolvimento familiar, possibilitando aos pais entenderem com mais clareza o desenvolvimento dos filhos e participarem ativamente nas discussões sobre seu processo educacional.

As normas e diretrizes internas da instituição de ensino que regulam a Educação Infantil são definidas pelo Regimento Escolar. Este documento muitas vezes inclui estratégias para envolver as famílias na escola, promovendo assim uma parceria mais sólida entre a casa e o ambiente educacional. Além disso, ao estabelecer direções específicas para engajamento dos pais em atividades escolares, o regimento reforça ainda mais tal colaboração benéfica.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) e a Proposta Pedagógica Curricular da Educação Infantil são documentos que delimitam os alvos, metas e estratégias pedagógicas da instituição. Esses registros frequentemente contêm medidas específicas para unir os pais no planejamento e execução das atividades escolares em relação à interação familiar. Nesse sentido, ao sincronizar as expectativas dos objetivos do ensino com o lar, tanto o PPP quanto a Proposta Pedagógica Curricular maximizam uma parceria entre essas entidades distintas enquanto promovem um desenvolvimento completo na criança.

Os documentos citados exercem funções cruciais na fomentação da participação familiar nas atividades escolares durante a educação infantil. Eles definem orientações legais, regulamentos internos e abordagens pedagógicas que atestam a relevância da cooperação entre instituição de ensino e família para o êxito educativo dos pequenos alunos.

A participação ativa das famílias no cotidiano escolar das crianças é essencial para o sucesso educacional. Quando os pais estão envolvidos na educação dos filhos, eles podem ajudá-los a desenvolver habilidades que os tornarão cidadãos mais plenos e ativos.

A próxima seção da pesquisa se concentrará em "Fatores que influenciam a participação ativa". A análise desses fatores fornecerá informações sobre as dinâmicas



subjacentes que moldam a predisposição das pessoas para se envolverem ativamente em situações específicas, contribuindo para uma compreensão mais matizada e abrangente da participação ativa.

3.3 RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA

A participação ativa das famílias no cotidiano escolar das crianças é um componente vital para o sucesso educacional. No entanto, diversos fatores podem influenciar diretamente a extensão desse envolvimento, determinando o grau de comprometimento e colaboração entre a família e a escola na Educação Infantil. A cultura familiar desempenha um papel significativo na forma como as famílias se envolvem na educação. Valores, crenças e práticas culturais podem afetar a percepção da importância da participação na vida escolar das crianças. Além disso, o contexto socioeconômico influencia a disponibilidade de recursos e tempo que as famílias podem dedicar ao envolvimento escolar (Lima; Chapadeiro, 2015).

A eficácia da comunicação entre a escola e as famílias é um fator crítico. Uma comunicação aberta, transparente e constante facilita a compreensão mútua e promove um ambiente propício para a participação ativa. Mecanismos claros de feedback e canais acessíveis de comunicação são essenciais para superar barreiras potenciais (Fevorini; Lomônaco, 2009).

O engajamento dos professores desempenha um papel central na promoção da participação ativa das famílias. Professores que demonstram interesse genuíno, incentivam a colaboração e fornecem orientações claras sobre como as famílias podem se envolver, tendem a estimular uma participação mais efetiva. Barreiras práticas como restrições de tempo, localização geográfica da escola e acessibilidade, podem limitar a participação das famílias. Estratégias que consideram essas barreiras, como reuniões em horários flexíveis ou o uso de plataformas virtuais, podem facilitar a inclusão de mais famílias nas atividades escolares (Fevorini; Lomônaco, 2009).

Famílias que percebem que suas opiniões são valorizadas e consideradas nas decisões escolares são mais propensas a se envolver ativamente. Incentivar a participação em conselhos escolares, grupos de pais e outras instâncias de tomada de decisões cria um senso de pertencimento e responsabilidade compartilhada. A crença de que a participação ativa faz diferença no sucesso educacional das crianças influencia diretamente o nível de envolvimento das famílias. Estratégias que evidenciam os impactos positivos da participação, como



workshops educativos ou relatórios regulares sobre o progresso dos alunos, podem fortalecer essa percepção (Garcia; Souza, 2017).

A disponibilidade de recursos na instituição educacional e o apoio institucional desempenham um papel fundamental. Escolas que fornecem suporte prático, como material informativo, orientações claras sobre atividades escolares e disponibilização de recursos educacionais, facilitam a participação das famílias (Saraiva-Junges; Wagner, 2016).

Estratégias que reconhecem a diversidade das famílias e oferecem iniciativas de envolvimento personalizadas são mais propensas a serem eficazes. Programas que consideram as diferentes estruturas familiares, culturas e necessidades individuais promovem uma participação mais inclusiva. Oferecer oportunidades para o desenvolvimento de habilidades parentais pode ser um catalisador para a participação ativa. Workshops, palestras e programas que capacitam os pais a se envolverem de maneira mais efetiva na educação de seus filhos contribuem para uma participação mais informada e significativa. Reconhecer e celebrar as contribuições das famílias na vida escolar cria um ambiente positivo e incentivador. Iniciativas como eventos de reconhecimento, certificados de participação e destaque para as colaborações das famílias podem estimular um ciclo positivo de engajamento (Polonia; Dessen, 2005).

Estratégias que promovem a autonomia das crianças no ambiente escolar, como projetos em que elas desempenham um papel ativo, incentivam a participação das famílias. Quando as crianças se tornam agentes ativos em seu próprio processo educacional, as famílias são naturalmente motivadas a participar mais ativamente. Garantir que as famílias tenham acesso fácil à informação relevante e às ferramentas tecnológicas apropriadas é vital. Plataformas digitais, boletins online e aplicativos escolares facilitam a comunicação e o acompanhamento das atividades escolares, superando barreiras de tempo e distância (Polonia; Dessen, 2005).

Ao considerar e abordar esses fatores, as instituições educacionais podem criar um ambiente propício para uma participação ativa e significativa das famílias. Essa abordagem não apenas enriquece a experiência educacional das crianças na Educação Infantil, mas também fortalece os laços entre a escola, as famílias e a comunidade, promovendo um ambiente educacional verdadeiramente colaborativo e eficaz.

A BNCC, a LDB, o Livro de Registro de Classe da Educação Infantil, o Regulamento Escolar da Educação Infantil, o Projeto Político-Pedagógico da Educação Infantil e a Proposta Curricular Pedagógica da Educação Infantil desempenham papéis fundamentais na definição e



gestão da educação infantil no contexto educacional brasileiro. A relação entre esses documentos e os fatores que influenciam a participação ativa nesse campo é notável e multifacetada.

A BNCC estabelece as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas ao longo da educação infantil, fornecendo uma referência nacional para orientar a elaboração dos currículos escolares. Sua conexão com a participação ativa está na promoção de uma educação mais inclusiva, equitativa e de alta qualidade, permitindo que pais, cuidadores e educadores entendam os objetivos educacionais e colaborem para alcançá-los.

A LDB serve de base legal para o sistema educacional brasileiro. No âmbito da educação infantil, a LDB estabelece princípios e diretrizes que impactam diretamente a participação ativa, garantindo o acesso à educação, a igualdade nas condições de frequência e permanência na escola, além de envolver as famílias no processo educacional.

Por outro lado, o Registro de Classe da Educação Infantil registra a trajetória educacional das crianças e espelha seu desenvolvimento individual. Ele disponibiliza uma visão abrangente do progresso dos estudantes aos pais e responsáveis, instigando sua participação efetiva ao permitir que entendam melhor o processo pedagógico em questão.

Os documentos institucionais que orientam o funcionamento da Educação Infantil, como o Regimento Escolar, Projeto Político-Pedagógico e Proposta Pedagógica Curricular são responsáveis por definir objetivos, metodologias e processos de avaliação. Além disso, esses registros estimulam uma participação mais efetiva da comunidade escolar ao estabelecerem diretrizes transparentes e colaborativas entre educadores pais e alunos.

A sinergia entre esses documentos estabelece um ambiente educacional forte, seguindo os preceitos legais e pedagógicos. Esse cenário é propício para a participação ativa de todos aqueles envolvidos na educação infantil, gerando uma conversa contínua e colaborativa em benefício do desenvolvimento completo dos pequenos.

A próxima seção desta pesquisa abordará "Percepções das famílias sobre seu papel na escola". Nesse contexto, serão exploradas as perspectivas que as famílias têm sobre sua participação e influência no ambiente escolar. A análise busca compreender como as famílias percebem sua responsabilidade no processo educacional, quais as expectativas que têm em relação às escolas e como essas percepções impactam o desempenho acadêmico e o bem-estar dos alunos. Ao investigar essas percepções, a pesquisa visa contribuir para uma compreensão mais abrangente da dinâmica familiar dentro de um ambiente educacional, ao mesmo tempo em que fornece insights valiosos para melhorar as relações entre famílias e instituições de



ensino.

3.3.1 Percepções das famílias sobre seu papel na escola

As percepções das famílias sobre seu papel na escola desempenham um papel central na determinação do nível de envolvimento e participação ativa no cotidiano educacional das crianças. A compreensão dessa dinâmica é essencial para criar estratégias que promovam uma parceria efetiva entre a escola e as famílias na Educação Infantil.

A forma como as famílias percebem seu papel na educação das crianças influencia diretamente a extensão de sua participação. Quando as famílias reconhecem que são parceiras ativas no processo educacional, estão mais propensas a se envolverem em atividades escolares, apoiando não apenas no ambiente doméstico, mas também na extensão da sala de aula (Guzzo, 1990).

As expectativas das famílias em relação à escola moldam suas percepções sobre o papel que desempenham. Famílias que têm expectativas claras em relação ao desenvolvimento acadêmico, social e emocional de seus filhos estão mais inclinadas a se engajarem de maneira ativa na vida escolar, buscando compreender e contribuir para o alcance dessas expectativas (Polonia; Dessen, 2005).

A autoeficácia parental ou a crença das famílias em sua capacidade de impactar positivamente a educação de seus filhos, é um fator crucial. Famílias que se veem como agentes influentes no desenvolvimento das crianças estão mais propensas a assumir um papel ativo, envolvendo-se em atividades educacionais e apoiando o aprendizado em casa (Polonia; Dessen, 2005).

A maneira como as famílias percebem a receptividade da escola às suas contribuições desempenha um papel determinante. Uma escola que valoriza e acolhe ativamente a participação das famílias cria um ambiente no qual os pais se sentem incentivados a se envolver. A comunicação aberta e a valorização das perspectivas das famílias contribuem para a construção de uma parceria sólida.

A percepção das famílias sobre a aceitação da cultura escolar também impacta seu envolvimento. Uma cultura escolar que reconhece e respeita a diversidade das famílias, incluindo suas diferentes estruturas, origens e experiências, promove uma participação mais ampla e significativa.

A compreensão do impacto da educação no desenvolvimento global das crianças é



fundamental. Famílias que reconhecem a importância da educação, não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e criativas, tendem a se envolver mais ativamente em atividades escolares.

Ao reconhecer e considerar essas percepções, a escola pode desenvolver estratégias que promovam uma compreensão mais profunda e positiva do papel das famílias na Educação Infantil. Incentivar uma visão colaborativa e compartilhada sobre o processo educacional, não apenas fortalece os laços entre famílias e escola, mas também contribui para um ambiente educacional enriquecedor e harmonioso para as crianças. Essa abordagem alinhada às percepções das famílias é fundamental para criar uma parceria efetiva na promoção do desenvolvimento integral e saudável das crianças (Saraiva-Junges; Wagner, 2013).

Fomentar a compreensão de que a relação entre família e escola é uma parceria educacional, é crucial. Quando as famílias percebem que são colaboradores ativos no processo educacional, é gerada uma mentalidade de equipe, na qual as contribuições de ambas as partes são valorizadas. Iniciativas que destacam essa parceria, como reuniões regulares para discussão do progresso dos alunos, workshops educativos e projetos colaborativos, fortalecem essa percepção (Saraiva-Junges; Wagner, 2013).

Compreender e reconhecer a diversidade de papéis que as famílias desempenham é fundamental. Nem todas as famílias têm as mesmas circunstâncias e, reconhecer e valorizar as diferentes formas de apoio que cada família, pode oferecer contribui para uma abordagem mais inclusiva. Isso pode envolver a flexibilização das expectativas e a criação de oportunidades diversas para contribuição (Resende; Silva, 2016).

Famílias que se sentem capacitadas para participar ativamente nas decisões educacionais de seus filhos tendem a se envolver mais profundamente. Isso pode incluir a promoção de espaços no qual as famílias possam expressar suas opiniões, participar de grupos consultivos ou envolver-se em processos de tomada de decisões escolares. O sentimento de influência nas decisões educacionais reforça a percepção do papel ativo das famílias na escola.

Estabelecer e manter um diálogo constante entre famílias e escola é essencial para compreender em tempo real as percepções das famílias sobre seu papel na educação. Mecanismos eficazes de comunicação, como reuniões regulares, boletins informativos, e-mails e outras ferramentas interativas, proporcionam oportunidades contínuas para feedback e discussão, fortalecendo assim a parceria (Resende; Silva, 2016).

Reconhecer e valorizar as contribuições individuais das famílias é crucial. Cada



família traz consigo uma riqueza de experiências, conhecimentos e habilidades. Iniciativas que incentivam e destacam as contribuições individuais promovem um ambiente no qual todas as famílias se sentem valorizadas e integradas à comunidade escolar (Resende; Silva, 2016).

Promover uma compreensão positiva e colaborativa das percepções das famílias sobre seu papel na escola é um passo fundamental para construir uma parceria sólida e eficaz na Educação Infantil. Ao alinhar estratégias educacionais com essas percepções, a escola cria um ambiente propício para o desenvolvimento integral e saudável das crianças, no qual famílias e educadores trabalham em conjunto para promover o sucesso educacional e o bem-estar das crianças (Garcia; Souza, 2017).

A realização de eventos participativos, como feiras culturais, atividades esportivas e mostras artísticas, pode fortalecer a percepção das famílias sobre seu papel na escola. Essas ocasiões proporcionam oportunidades para as famílias se envolverem de forma direta nas atividades escolares, valorizando não apenas os aspectos acadêmicos, mas também as habilidades e talentos diversos das crianças.

Incorporar as narrativas e experiências familiares no currículo pode enriquecer o ambiente escolar. Isso não apenas valida as diversas perspectivas das famílias, mas também promove uma compreensão mais profunda e respeitosa de suas experiências individuais. Incluir histórias de sucesso e desafios superados das famílias pode inspirar e fortalecer os laços entre a escola e a comunidade (Garcia; Souza, 2017).

Implementar programas de orientação familiar que ofereçam informações sobre o sistema educacional, estratégias de apoio em casa e recursos disponíveis pode influenciar positivamente a percepção das famílias sobre seu papel. Quando as famílias se sentem capacitadas com informações e ferramentas práticas, isso contribui para uma participação mais informada e ativa (Garcia; Souza, 2017).

Reconhecer e adaptar as estratégias de envolvimento familiar às mudanças sociais e culturais é fundamental. À medida que a sociedade evolui, as expectativas e as dinâmicas familiares também mudam. Adaptações contínuas nas abordagens de envolvimento garantem que a escola esteja sintonizada com as necessidades e expectativas das famílias contemporâneas (Garcia; Souza, 2017).

Essas adições enfatizam a importância de estratégias dinâmicas e inclusivas que consideram a diversidade das famílias e respondem às mudanças nas expectativas sociais. Ao integrar esses elementos, a escola pode fortalecer ainda mais a parceria com as famílias na



Educação Infantil, promovendo um ambiente educacional que respeita, valoriza e colabora de maneira eficaz com as diversas experiências e contribuições das famílias.

A relação entre família e escola tem papel crucial no desenvolvimento educacional das crianças, especialmente nos primeiros anos da Educação Infantil. Nesse período formativo, as percepções que as famílias têm sobre seu papel dentro da escola são essenciais para o progresso acadêmico e emocional dos jovens estudantes. As famílias são, muitas vezes, vistas como os primeiros educadores de uma criança que exercem influência significativa no crescimento cognitivo e social. Na Educação Infantil, essa parceria entre família e escola torna-se ainda mais importante, pois é onde a criança começa a interagir com um ambiente educacional organizado e estruturado especificamente para ela.

A visão da família sobre seu papel na escola geralmente envolve a compreensão central de colaboração ativa com educadores. As famílias reconhecem que o processo educacional está além do ambiente restrito ao institucional e, portanto, desempenham um papel crucial em se engajar nas atividades propostas pela escola, participando das reuniões, eventos e projetos planejados para estabelecer uma conexão mais forte entre casa e sala de aula.

Além disso, as famílias reconhecem sua responsabilidade em apoiar o desenvolvimento socioemocional das crianças. Entendem que a educação vai além da simples aquisição de conhecimento acadêmico e inclui o desenvolvimento de habilidades interpessoais, resiliência e autonomia. Portanto, a percepção da família envolve o reconhecimento do valor de uma educação holística que englobe aspectos emocionais, éticos e sociais.

A interação produtiva entre a escola e os pais é um elemento crucial para ambas as partes. Os responsáveis pelos alunos desejam estar atualizados sobre o desenvolvimento acadêmico de seus filhos, compreendendo plenamente as táticas pedagógicas utilizadas na fase da Educação Infantil. Além disso, essa comunicação não se limita somente aos relatórios formais, ela envolve abertos diálogos construtivos que promovem um melhor entendimento mútuo das expectativas e dificuldades enfrentados por todos nesta convivência indispensável em busca do sucesso educacional das crianças.

No final das contas, a visão das famílias sobre seu papel na Educação Infantil revela uma parceria sólida e colaborativa que coloca a criança como prioridade máxima. A compreensão mútua entre escola e família, aliada ao compromisso conjunto em prol do desenvolvimento integral da criança, proporciona um ambiente educacional enriquecedor, no



qual o aprendizado não se limita aos livros, mas também abrange valores e habilidades fundamentais para toda vida.

3.3.2 Benefícios da dinâmica escola-família para o processo de ensino-aprendizagem

A escola é muito importante na vida de todos, pois oferece a oportunidade infinita de conhecimentos para quem deseja um futuro melhor. Porém, para muitos, é apenas um local para deixar os filhos em segurança durante sua jornada de trabalho.

A imagem que os pais têm da escola, influenciará diretamente na imagem que os filhos terão, e automaticamente irão influenciar em sua motivação em estar na escola e aprender coisas novas. Assim, as relações socioafetivas estão ligadas ao nível de motivação das crianças na escola (Raasch, 1999).

Segundo Fernandez (1987 *apud* Raasch, 1999, p.6), a tarefa fundamental da família é promover o “encontro com o prazer de aprender que foi perdido e recuperado esse prazer de trabalhar aprendendo e de aprender trabalhando”. A participação da família é essencial para ajudar a criança a superar suas experiências negativas. As crianças costumam se espelhar em seus pais e familiares mais próximos, e vivem em constante busca de sua aprovação para construir sua autoestima de maneira positiva. É através do relacionamento com os pais, que a criança aprende a expressar seus sentimentos e emoções e aprendem a amar.

A opinião que a criança tem de si mesma está intimamente relacionada com sua capacidade para a aprendizagem e com seu rendimento. O autoconceito se desenvolve desde muito cedo na relação da criança com os outros. Os pais atuam como espelhos, que devolvem determinadas imagens ao filho. O afeto é muito parecido com o espelho (Raasch, 1999, p.7).

Para a criança, é muito importante receber elogios quando faz algo correto, e quando algo sair errado, as críticas devem ser construtivas e nunca pejorativas, diminuindo sua capacidade ou motivação em tentar novamente.

Se os pais estão sempre opinando a partir de uma perspectiva negativa para os filhos, e se estão sempre os taxando de inúteis e incapazes, ou usando de zombarias e ironias, irá se formando neles uma imagem "pequena" de seu valor. E se com os amigos, na rua e na escola, repetem-se as mesmas relações, teremos uma pessoa com autoestima baixa e baixo sentimento de auto avaliação (Raasch, 1999, p.8).



Para aprender a acreditar em seu potencial, uma pessoa precisa ver resultados positivos nas coisas que faz, assim, para as crianças, deve ser ensinado que nem tudo o que ela fizer dará certo necessariamente, mas que ela não deve desistir de tentar.

Segundo Raasch (1999), o excesso de cobrança em relação ao desempenho da criança ou do adolescente também pode gerar obstáculos ao bom rendimento escolar. Muitas cobranças podem gerar excesso de ansiedade e desmotivação na criança, pois ela sentirá que os pais duvidam de sua capacidade.

Uma avaliação adequada da ausência de motivação deve levar em consideração que a aprendizagem resulta da conjunção de uma série de fatores, que envolvem o aluno e o seu ambiente escolar, familiar e social. Um acompanhamento próximo e afetuoso da vida escolar do filho pode ajudar muito na identificação precoce da ausência de motivação para a aprendizagem e indicar atitudes positivas para superá-las (Raasch, 1999, p.9).

A autora afirma ainda que talvez o problema com grande número de educadores é não perceber a insuficiência dos argumentos racionais para interessar os alunos pelo estudo. Assim, não basta a criança saber que estudar é importante para ela, é necessário que a escola seja um local gostoso de frequentar.

O professor precisa acima de tudo estar motivado para poder se conectar aos alunos e passar para eles essa motivação que sente por seu trabalho. Deve haver empatia entre professor e alunos para que haja um entendimento e sincronia no aprendizado.

Acredita-se então que o professor precisa manter acesa a curiosidade do aluno, pois as aulas não servem para transferir conhecimento, mas dados e informações. A gestão do conhecimento é individual. As crianças precisam receber desafios que possam vencer, pois assim se sentirão capazes, motivadas e felizes. O professor é também responsável por esse acompanhamento, e por mostrar à criança as oportunidades de vencer os desafios, incentivando-a, reforçando sua capacidade em realizar a tarefa (Poletti, 2002).

A escola precisa da colaboração participativa e atuante dos pais e/ou responsáveis para que juntos promovam, incentivem e motivem as crianças para que queiram estar na sala de aula, trabalhando em conjunto e sintonia com os professores, elaborando argumentos sólidos racionais, valorizando todo o ambiente escolar e pontuando as qualidades e prazeres de aprender, trocar experiências e fazer novos amigos. Afinal, existem muitas crianças que tem na escola seu primeiro contato físico e emocional fora do âmbito familiar, e isso não é algo fácil para elas.



Se não forem motivadas de maneira inteligente pelos pais e acolhidas de maneira amorosa pelos professores, a experiência de ir à escola torna-se um fardo e não é esse o objetivo da escola.

É triste ver crianças aos prantos na escola, por não desejar estar ali, e pior que isso é ver pais usando ameaças, e reforçando fatores negativos que desmotivarão mais ainda a criança para forçá-la a ficar na escola. Esses são motivos extrínsecos autoritários e cruéis muito comuns nos portões de algumas escolas de educação infantil.

A educação infantil é uma iniciativa coletiva que envolve não apenas os profissionais da área, mas também as famílias das crianças. A relação entre a escola e a família tem um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos pequenos estudantes. Este estudo busca discutir como a dinâmica escola-família pode trazer benefícios para a educação infantil com base em evidências empíricas confiáveis e referências aos documentos oficiais do setor educacional que dão sustentação à essa prática.

A colaboração entre a escola e as famílias é fundamental para o êxito educacional das crianças nos primeiros anos de aprendizagem. Quando ambas as partes unem esforços na formação dos pequenos, ocorre uma interdependência positiva que resulta em um ambiente pedagógico mais proveitoso e cordial. A participação ativa da família no processo de ensino demonstra interesse constante e apoio ao progresso dos alunos, incentivando-os à evolução contínua.

A troca constante de informações entre a escola e as famílias possibilita o compartilhamento relevante do desempenho acadêmico e comportamental das crianças na educação infantil. Esse intercâmbio é crucial para ambas as partes acompanharem os progressos dos pequenos, detectando possíveis dificuldades e trabalhando em colaboração para superá-las. Quando os pais são informados e envolvidos, ficam mais aptos a contribuir no suporte educacional necessário às suas crianças.

Quando a escola e a família trabalham em conjunto na educação infantil, é possível definir objetivos educacionais comuns para os jovens aprendizes. Esses objetivos abrangem áreas acadêmicas, sociais e emocionais, levando em conta as necessidades individuais de cada criança. A colaboração mútua ao estabelecer e monitorar essas metas aumenta o nível de responsabilidade e comprometimento por todos envolvidos no processo ensino-aprendizagem da educação infantil.

De acordo com estudos, o envolvimento efetivo da família na vida escolar das crianças está associado a um melhor desempenho acadêmico durante a educação infantil. Quando as



famílias incentivam e apoiam a educação em casa, os jovens aprendizes sentem-se mais motivados a dedicar-se aos estudos e alcançar melhores resultados. Além disso, a parceria entre escolas e famílias ajuda a reduzir o absenteísmo e a evasão na educação infantil.

O fortalecimento dos laços sociais e afetivos das crianças na educação infantil ocorre por meio da interação entre escola e família. A participação dos pais em eventos, reuniões pedagógicas ou atividades extracurriculares permite que conheçam o ambiente no qual seus filhos estão inseridos e se relacionem mais proximamente com os educadores. Essa aproximação mútua favorece a compreensão e cria um ambiente harmonioso para as crianças durante sua fase educacional inicial.

Vários documentos oficiais da educação reconhecem e enfatizam a importância da parceria escola-família na educação infantil para a promoção de uma educação de qualidade. Entre elas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e o Plano Nacional de Educação (PNE), que enfatizam a cooperação entre escolas e famílias para alcançar uma educação infantil inclusiva e de qualidade. Além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica destacam a interação entre escolas e famílias como princípio fundamental para o desenvolvimento de um currículo que valorize o desenvolvimento infantil integral nessa etapa da escolarização.

Portanto, a dinâmica escola-família efetiva constitui um dos pilares essenciais para o sucesso dos processos de ensino-aprendizagem na educação infantil. A colaboração mútua, a comunicação efetiva e o envolvimento contínuo dos pais no cotidiano escolar contribuem significativamente para o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos alunos. Os benefícios dessa parceria estão respaldados por evidências empíricas e também são reconhecidos nos documentos oficiais da educação. Assim, investir na aproximação entre escola e família é um caminho promissor para uma educação mais inclusiva, equitativa e de excelência.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O monitoramento ativo da vida escolar dos filhos pelos pais pode afetar positivamente a aprendizagem e desenvolvimento das crianças. O envolvimento dos pais nas atividades e eventos escolares demonstra o valor atribuído à educação da criança na escola. A presença dos pais em eventos escolares, reuniões, festas e apresentações promove um sentimento de pertencimento por parte da criança. A participação em atividades escolares cria memórias positivas e fortalece o sentido de comunidade.

Quando a família está ativamente envolvida na vida escolar, torna-se um parceiro valioso na resolução de problemas que possam surgir. Um diálogo aberto entre pais e professores permite uma abordagem colaborativa para identificar e superar as dificuldades que uma criança pode enfrentar na escola. A família desempenha um papel vital na formação de valores e no apoio ao desenvolvimento de competências importantes. A cooperação entre a família e a escola pode coordenar esforços para construir um quadro ético, cultural e social que apoie a educação integral da criança.

Voltando aos objetivos gerais e específicos propostos, podemos dizer que atingimos nossos objetivos ao compreender que a presença ativa da família pode influenciar positivamente o desempenho das crianças na primeira infância. A dinâmica da família e da escola revelou-se um fator crucial que realça a importância do envolvimento ativo dos pais no contexto escolar.

Quanto à questão de investigação, que se referia à influência da presença ou ausência da família no desenvolvimento da criança na primeira infância, observamos que a presença ativa da família está inerentemente ligada a um melhor desenvolvimento educacional da criança. Os resultados obtidos confirmaram nossa hipótese, que indicava uma correlação positiva entre a participação familiar e o desempenho escolar da criança.

Contudo, os resultados mostraram que a relação família-escola pode ser afetada negativamente por situações de violência doméstica que levam à indisciplina dos filhos. Estratégias de mitigação e políticas públicas são necessárias para enfrentar esses desafios. Durante a pesquisa, encontramos algumas dificuldades, como a falta de dados concretos sobre a violência doméstica e suas consequências na relação família-escola. Essa limitação evidencia a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o tema.

Como parte da sua contribuição para o campo da educação, esta investigação destaca a importância de parcerias eficazes entre família e escola na educação infantil. Esta cooperação



é essencial para a criação de um ambiente educativo saudável que contribua para o desenvolvimento integral da criança. Ao compreender os desafios e benefícios desta interação, educadores, pais e administradores podem trabalhar juntos para proporcionar uma educação de qualidade desde as mais tenras idades.

A união entre família e escola desempenha um papel essencial na evolução cognitiva, emocional e social de crianças durante a educação infantil. A sinergia dessas duas instituições, não só adicionam valor ao ambiente de aprendizado das crianças, como também proporcionam suporte mais completo para o desenvolvimento integral da mesma. Além disso, é fundamental que futuras pesquisas sigam investigando essa colaboração com intuito compreender as suas dinâmicas, obstáculos e potenciais oportunidades.

Além disso, a colaboração entre família e escola estabelece uma fundação sólida para o desenvolvimento educacional do estudante. Ao trabalharem juntos, pais e profissionais da educação podem partilhar informações sobre o progresso individual de cada criança, identificar as suas necessidades específicas e elaborar estratégias adequadas para oferecer suporte. Esse intercâmbio facilita a personalização do ambiente pedagógico às características individuais dos alunos em termos de interesses pessoais, contribuindo assim também com um processo de aprendizado mais significativo.

Ademais, a parceria entre família e escola estabelece um ambiente de suporte emocional e social para os pequenos. Os pais possuem uma função crucial na oferta de apoio afetivo, além de estimularem a autoestima e confiança dos seus filhos. Quando há o engajamento ativo dos responsáveis no cotidiano educacional das crianças, é demonstrado que eles valorizam o processo formativo dessas bênçãos divinas; conseqüentemente se fortalecem as relações afetuosas da prole com sua instituição ensinante viabilizando-lhes uma rede mais ampliada consolidação do socorro necessário à formação integral destes serzinhos especiais.

Contudo, é essencial destacar que a violência enfrentada fora do ambiente escolar, seja em casa ou na sociedade em geral, pode ter uma grande interferência no desempenho e bem-estar das crianças durante o período da educação infantil. Estudos futuros precisam explorar mais profundamente como tais experiências violentas afetam o desenvolvimento dos pequenos e qual é o papel da cooperação entre família e escola para reduzir seus impactos negativos.

Crianças que sofrem violência doméstica podem enfrentar dificuldades relacionadas à concentração, comportamento e desempenho acadêmico. Nesses casos, a escola pode ter um papel fundamental ao fornecer apoio psicológico adequado, encaminhar para serviços de



ajuda e implementar abordagens educacionais especificamente adaptadas às necessidades específicas dessas crianças.

Adicionalmente, é fundamental que as escolas implementem programas preventivos e intervencionistas voltados para questões de violência, visando criar um ambiente seguro e acolhedor para todas as crianças. Nesse sentido, torna-se imprescindível capacitar professores e funcionários a fim de detectar atitudes violentas, estabelecer protocolos efetivos de denúncia e apoio às vítimas, além da promoção constante do diálogo respeitoso no âmbito da comunidade escolar.

Enfim, a colaboração entre família e escola é essencial para o progresso das crianças na educação infantil ao gerar um ambiente educativo enriquecedor e suporte abrangente. No entanto, é crucial que futuras pesquisas continuem examinando essa parceria e lidando com problemas como violência fora da escola para assegurar que todas as crianças alcancem seu potencial máximo.



REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. Programa de prevenção à violência nas escolas: violências nas escolas. *Flacso Brasil*, p. 7-19, 2015. Disponível em: <http://flacso.org.br/?publication=violencias-nas-escolas-programa-de-prevencao-a-violencia-nas-escolas>. Acesso em: 30 nov. 2023.

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. **Violência nas escolas** (Versão resumida). Brasília: Unesco, 2003. Disponível em: http://repositorio.minedu.gob.pe/bitstream/handle/123456789/1380/2003_Abramovay_Violencia%20nas%20Escolas_por.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 30 nov. 2023.

ALVES, A. J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 77, p. 53–61, 1991.

AQUINO, J. G. **Indisciplina**: o contraponto das escolas democráticas. São Paulo: Moderna, 2003.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BENETTE, T. S. **Indisciplina na sala de aula**: algumas reflexões; PDE - Programa de Desenvolvimento Educacional) - Universidade Estadual de Maringá. 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2186-8.pdf> Acesso: 03 set. 2023.

BIÁZZIO, S. C. F.; LIMA, P. G. A participação da família no projeto políticopedagógico da escola. **Educere et Educare**, v. 4, n. 7, p. 373-385, jan./jun., 2009.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso: 03 dez. 2023.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 571, de 2 de agosto de 2021**. Institui o Programa Educação e Família. Diário Oficial da União, 3 de agosto, 2021.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990. São Paulo: CBIA-SP, 1991.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de



dezembro de 1996.

_____. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Brasília, 2014.

_____. Ministério da Educação e do Desporto, Caderno 05. **Conselho Escolar, Gestão Democrática da Educação e escolha do Diretor.** 2004.

CALADO, A. C. A. O papel da família no acompanhamento da vida escolar dos filhos. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 39, 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/39/o-papel-da-familia-no-acompanhamento-da-vida-escolar-dos-filhos> Acesso em: 30 nov. 2023.

CAMACHO, L. M. Y. As sutilezas das faces da violência nas práticas escolares de adolescentes. **Educ Pesq.** São Paulo, vol. 27 n. 1, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022001000100009 Acesso em: 03 set. 2023.

CAMPOS, A. R. Família e escola: um olhar histórico sobre as origens dessa relação no contexto educacional brasileiro. **Revista Vertentes**, São João del-Rei, v. 19, n. 2, p. 1-17, 2011.

CAVALCANTE, R. S. C. Colaboração entre pais e escola: educação abrangente. **Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo, v. 2, n. 2. 1998, p.153-160.

CHRISPINO, A. Política de ensino para a prevenção da violência: técnicas de ensino que podem contribuir para a diminuição da violência escolar. **Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 57-80, 2011.

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 432-443, 2002.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

COMER, G. P. **School Power**: Implications of an Intervention Project. New York: Free Press, 1980.

COLLI, D. R.; LUNA, S. V. Práticas de integração Família-Escola como preditores do desempenho escolar de alunos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, 2019, 13p.

CORTEZ, V. de M. L. **O impacto da violência escolar sobre o aprendizado dos alunos**. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR. 2012. Disponível em: http://www.dfe.uem.br/TCC/Trabalhos_2012/VANIA_M_CORTEZ.PDF Acesso em: 03 set. 2023.

CREPALDI, L. Violência no ambiente escolar: Professora e psicóloga analisa a violência na escola e os reflexos na vida do docente. **Revista do Professor**. Edição 17, 2013. Disponível em: <http://www.revistaoprofessor.com.br/wordpress/?p=102> Acesso: 03 set. 2023.



FEVORINI, L. B.; LOMÔNACO, J. F. B. O envolvimento da família na educação escolar dos filhos: um estudo exploratório com pais das camadas médias. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 28, p. 73-89, 2009.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Relatório Formação Continuada de Professores: Uma Análise das Modalidades e das Práticas em Estados e Municípios Brasileiros**. Fundação Vitor Civita. 2011. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/69955494/relatorio-formacao-continuada> Acesso 04 Set 2018.

GARCIA, C. A. A.; SOUZA, F. C. de. A relação família-escola através dos tempos. **Temas em Educação e Saúde**, Araraquara, v. 4, p. 59- 74, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1989.

GOMES, J. V. Socialização primária: tarefa familiar? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 91, p. 54-61, 1994.

GUZZO, R. S. L. A família e a educação: uma perspectiva da interação família-escola. **Estudos de Psicologia**, v. 7, n.1, p. 134-139, 1990.

HORA, D. L. da. **Gestão Democrática na Escola**. Campinas, SP: Papirus, 1994. 143p.

JUNGLES, L. A. S. **Parceria família-escola** [recurso eletrônico]: benefícios desafios e proposta de ação / Lisiane Alvim Saraiva Jungles; ilustrado por Bruno Henrique Junges. – Brasília : Ministério da Educação (MEC), 2022. 105 p. : il. ; PDF ; 6092 KB. Disponível em: https://alfabetizacao.mec.gov.br/images/pdf/parceria_familia_escola_vf.pdf Acesso em: 30 nov. 2023.

LIMA, T. B. H.; CHAPADEIRO, C. A. Encontros e (des)encontros no sistema família escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 493-502, 2015.

LOPES, C. C. G. P. **Trabalho com famílias na educação infantil**: concepções e práticas. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, p. 135. 2008.

LOPES, C. C. G. P.; GUIMARÃES, C. M. A relação com as famílias na educação infantil: demandas de formação dos profissionais. *In.*: **Anais do Congresso Nacional de Educação**. 2008.

LOURENÇO, L. M.; SENRA, L. X. A violência familiar como fator de risco para o *bullying* escolar: contexto e possibilidades de intervenção. **Aletheia**, Canoas, n. 37, p. 42-56, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942012000100004. Acesso em: 30 nov. 2023.

LÜCK, H. **Liderança em Gestão Escolar**. Editora Vozes, RJ, 2008.

MILITÃO, A. N.; LEITE, Y. U. F. **A Gestão Democrática**: Elemento articulador para o desenvolvimento profissional docente para melhoria da escola pública. UNESP-Junqueira & Marin Editores- Livro 2, 2012.



MOEHLECKE, S.; ASSIS, S. G. de; MARRIEL, N. de S. M.; RISTUM, M.; CECCHETTO, F.; RIBEIRO, F. M. L. **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/Fiocruz, 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/szv5t>. Acesso em: 30 nov. 2023.

OLIVEIRA, P. S. de. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 1991.

OLIVEIRA, Z. M. R. de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

PERRENOUD, P. **Escola e cidadania: o papel da escola na formação para a democracia**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.

POLONIA, A. da C.; DESSEN, M. A. Em busca de uma compreensão das Relações entre Família e Escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 9, n. 2, p. 303-312, 2005.

PRADO, C. *et al.* As possíveis estratégias para a criação de vínculo escola/família. **Acta Científica**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 09-22, 2012.

RESENDE, T. de F.; SILVA, G. F. A relação família-escola na legislação educacional brasileira (1988-2014). **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 90, p. 30-58, 2016.

RODRIGUES, M. C. **O papel da escola de educação infantil e da família no processo de apropriação da cultura escrita pela criança**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Uberaba. Uberaba, p. 160. 2018.

ROMÃO, J. **Diretores escolares e gestão democrática da escola**. São Paulo: Cortez, 1997.

SAISI, N. B. Educação infantil e família: uma parceria necessária. **Educação: teoria e prática**, Rio Claro, v. 20, n. 34, p. 65-85, 2010.

SARAIVA-JUNGES, L. A.; WAGNER, A. A Relação Família-Escola sob a ótica de professores e pais de crianças que frequentam o Ensino Fundamental. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 81, p. 739-772, 2013.

SARAIVA-JUNGES, L. A.; WAGNER, A. Os estudos sobre a Relação Família-Escola no Brasil: uma revisão sistemática. **Educação**, Porto Alegre, v. 39, n. esp. (supl.), p. 114-124, 2016.

SELTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTCH, M.; COOK, S. M. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder/EDUSP, 1965.

SIERRA, V. M. **Família: teorias e debates**. São Paulo: Saraiva, 2011.

SILVA, M. da. **A Formação do Professor Centrada na Escola**. Série Trilhas, EDUC, 2001.

SILVA, P. Escola-Família: Tensões e Potencialidades de Uma Relação. *In*: LIMA, J. A. (Org.),



Pais e Professores, um desafio à cooperação, Porto: ASA, 2002.

SZYMANSKI, H. **A relação família/escola**: desafios e perspectivas. Brasília: Liber Livro, 2010.

SZYMANSKI, H.; ALMEIDA, L. R. de; PRANDINI, R. C. A. R. (Orgs.). **A entrevista na educação**: a prática reflexiva. 4ª ed. Brasília: Liber Livro, 2004.

TEIXEIRA, C. B. **Aproximação das famílias na escola de Educação Infantil**: as contribuições das TDIC. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p. 135, 2021.

ZAGO, N. Relação escola-família: elementos de reflexão sobre um objeto de estudo em construção. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, v. 12, n. 16, p. 11-25, 1994.

ZENHAS, A. M. **A direcção de turma no centro da colaboração entre a escola e a família**. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Educação e Psicologia, Universidade no Minho, Braga, p. 257, 2004.



CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SEÇÃO DE CATALOGAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO – ENBER

C974r Cupido, Silmara Cristina.
A relação família-escola na educação infantil: uma investigação a partir da revisão de literatura [recurso eletrônico] / Silmara Cristina Cupido – Dados eletrônicos. – Rio Claro-SP: 2024.

77 f.

Orientação: Sawana Araújo Lopes de Souza.
Dissertação (Mestrado) - ENBER/PPGCE.

1. Educação infantil. 2. Relação família-escola. 3. Revisão de literatura.

I. Souza, Sawana Araújo Lopes de. II. Título.

ENBER/BC

CDU 37:055.15

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Beatriz E. Maia, CRB 15/980